

Saporo S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31
de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13
Balancos patrimoniais	17
Demonstrações do resultado	18
Demonstrações do resultado abrangente	19
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	20
Demonstrações dos fluxos de caixa	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras	22

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

A Sapore S.A. (“Companhia” e/ou “Sapore”) apresenta o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, atendendo, assim, às disposições legais e societárias. As informações são referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Os valores foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e expressos em milhares de reais.

Visão geral

O ano de 2020 foi o mais difícil que enfrentamos em nossa história. A pandemia global trazida pela Covid-19, que atingiu o Brasil mais fortemente a partir de março, impactou diretamente toda a sociedade mundial e o nosso negócio ao longo de todo o ano. Desde o princípio, a palavra de ordem foi **adaptação** – palavra que passou a fazer parte de cada decisão na companhia e da ação de cada um dos nossos colaboradores, todos os dias. Fomos motivados a revisar processos, rotinas e hábitos, descobrindo formas mais eficientes de atingir os nossos objetivos. Foi com esse espírito e alinhados aos nossos princípios que conduzimos a companhia nesse período desafiador, sempre focados em preservar nossos colaboradores, nossos clientes, a sociedade e o nosso negócio. O *slogan* que acompanha a companhia desde sua fundação, há 29 anos – “Fazendo diferente, fazendo a diferença” –, uniu-se a outro: “Sapore cuida de você”.

As pessoas da Sapore, que se expuseram diariamente para servir outras pessoas nos vários segmentos onde a companhia atua em todo o Brasil – hospitais, escolas, indústrias, corporações, operações remotas, dentre outras –, assim como no México e na Colômbia, contaram com todo o suporte da companhia em prol da preservação da saúde.

Desde o início da crise mundial causada pelo avanço do coronavírus, atuamos de forma preventiva para proteger nossos clientes e colaboradores. Para isso, criamos o Comitê de Gestão da Crise, para buscar diariamente as informações divulgadas pelo Ministério da Saúde e as melhores práticas adotadas mundialmente no mercado de alimentação.

A partir disso, iniciamos mudanças em nossos restaurantes, com a instalação de placas de acrílico entre as mesas, a adoção de embalagens para talheres, a retirada das mesas de temperos e café, a substituição do totem de opinião pela pesquisa via QR Code, além do desenvolvimento de um *Manual de boas práticas* focado na Covid-19, do reforço nos processos de higienização constante das mesas, dos utensílios e dos equipamentos e o distanciamento entre pessoas no restaurante.

Com a chegada da pandemia, em março, houve uma força-tarefa da empresa para manter o equilíbrio dos contratos, gerando a busca por alternativas viáveis para garantir a continuidade de forma sustentável. Durante a crise, as reuniões do Comitê de Gestão de Crise foram diárias, e medidas de austeridade foram tomadas rapidamente, com vistas a reduzir gastos administrativos e operacionais, assim como houve a adoção de novos modelos de atuação e linhas de negócios.

O maior faturamento da companhia provém da divisão de Business & Industry, que inclui os segmentos industrial e corporativo. Segundo o IBGE, a queda na atividade industrial foi de 4,5% no ano, sendo que, entre março e abril, período mais rigoroso de isolamento social, a indústria chegou a recuar 27,5%.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que representa a variação de preços na economia do país, fechou 2020 a 4,52%, enquanto, em 2019, o índice ficou em 4,31%. O que mais contribuiu para tal elevação foi o preço dos alimentos e bebidas, com alta de 14,09%. Entre os motivos para esse aumento, destacam-se o efeito da pandemia, a alta do dólar e a disparada no preço de *commodities* no mercado internacional.

O cenário da pandemia provocou perda de cerca de R\$ 332 milhões na receita bruta, se comparado ao ano anterior, encerrando o ano com aproximadamente 1.100 restaurantes/unidades. O resultado (prejuízo) de 2020, de R\$ 12 milhões, foi impactado principalmente pela pandemia e pela alta no preço das *commodities* alimentícias, entretanto, o resultado ficou em linha com o orçamento revisado após o início da crise.

Mesmo com as perdas de receita decorrentes da pandemia, vários legados permanecerão na Sapore, destacando-se a empatia e a solidariedade, que agora permeiam com ainda mais força o dia a dia da empresa. Cuidar de si próprio e do outro tomou uma nova dimensão, pois mostrou-se o fator principal para a continuidade dos negócios.

ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO

Uma das mudanças de comportamento foi a intensificação da digitalização, que já vínhamos implementando e acompanhando. Os canais digitais de venda tomaram uma proporção em nosso negócio que estimávamos atingir apenas nos próximos três anos.

Os aportes em *startups* realizados pela *holding* Abanzai, que controla a Sapore, mostraram-se importantes para oxigenar a visão de mercado da empresa e ampliar as oportunidades durante a crise da Covid-19.

Nos primeiros dias de janeiro, de uma vez só, a *holding* Abanzai assumiu o controle de três *startups*: a Lucco Fit, de comidas saudáveis; a Shipp, de entregas; e a Zaitt, rede de lojas inteligentes e de desenvolvimento de sistemas de automação para o varejo.

A Lucco Fit prepara e entrega refeições congeladas e saudáveis na casa dos consumidores; a Shipp oferece a experiência de comprar tudo o que se deseja por meio do *delivery*; e, fundada no Espírito Santo, a Zaitt foi pioneira na América Latina no modelo de mercado sem filas e sem caixa. O investimento foi feito pela Abanzai, e o modelo de negócios prevê independência para atender tanto a Sapore como o mercado.

Em abril, começou a se destacar a sinergia entre as *startups* adquiridas e a Sapore. Em parceria com a Lucco Fit, a companhia lançou o PF Chic, marca de comida pronta disponível para venda em diversas plataformas de *delivery* de alimentação, garantindo uma produção padronizada e com qualidade, aliada à estratégia tecnológica e de *marketing* digital da Lucco Fit.

O sucesso do projeto de comida pronta proporcionou à Sapore ingressar com tudo no segmento de *delivery*, comercializando por aplicativo mais de 300 mil refeições prontas em apenas seis meses.

Já no segundo semestre, com a reabertura de algumas escolas, foi a vez da tecnologia da Shipp se fazer presente. A *startup* desenvolveu o APP 360°, como forma de manter o distanciamento social, evitar filas e aglomerações e, também, garantir a assepsia do alimento servido. Disponível para *download* nas plataformas Android e IOS, o recurso funciona de forma similar aos conhecidos aplicativos de *delivery*.

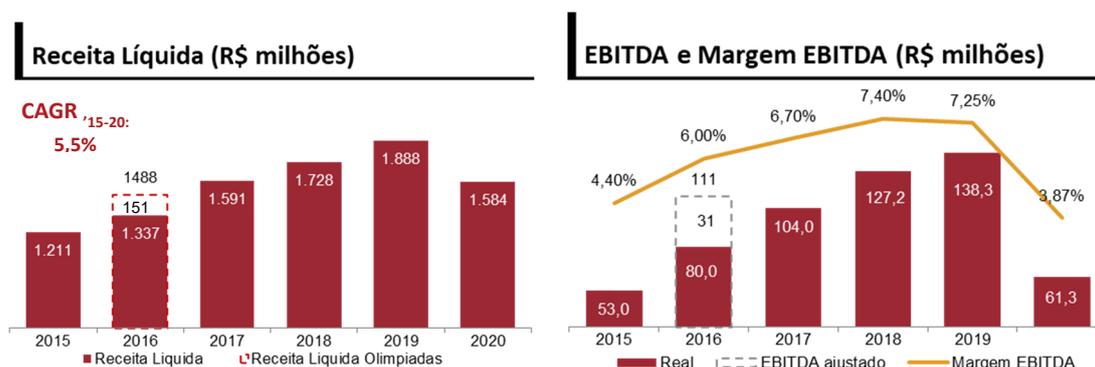
A Sapore também conquistou novos contratos em segmentos de grande importância no ano de 2020, como saúde, varejo, logística, agronegócio e *e-commerce*. Ao todo, foram mais de 100 unidades inauguradas em diversas regiões do país.

DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL

O ano de 2020 ficará marcado como um ano desafiador, no qual o mundo sofreu uma crise sanitária sem precedentes causada pela pandemia de Covid-19. Com seu alto poder de disseminação, o vírus obrigou a significativa redução das atividades econômicas e sociais, gerando um ambiente de incerteza e uma profunda recessão na economia global.

No Brasil, esse cenário resultou em uma queda relevante do PIB no segundo trimestre do ano. O governo brasileiro adotou medidas visando a recomposição do orçamento principalmente no setor de baixa renda da economia, com ajuda creditícia às micros, pequenas e médias empresas, buscando suavizar os riscos de paralisação da atividade e de aumento do desemprego. Tais medidas, combinadas a um maior relaxamento do isolamento social acompanhando a evolução da pandemia, foram essenciais para que, ao longo do segundo semestre, os efeitos dos programas de suporte governamental contribuíssem para uma expansão do PIB no terceiro trimestre. Tal crescimento foi liderado pela indústria e pelo comércio, enquanto o setor de serviços mostrou uma evolução mais lenta, ainda afetado pela realidade desafiadora causada pela pandemia.

Os efeitos negativos do período pandêmico foram parcialmente compensados pelas ações de renegociação com fornecedores, negociações com clientes, redução de despesas administrativas e utilização dos programas governamentais para redução salarial e de jornada de trabalho, medidas essas rapidamente implementadas pela companhia. Apesar dessas ações, os impactos causados pela Covid-19 geraram no exercício um resultado (prejuízo) de R\$ 12 milhões, em linha com a revisão das metas traçadas, possibilitando que a Sapore prossiga seu crescimento futuro em bases sólidas e sustentáveis.



A receita bruta da Companhia foi de R\$ 1.819,4 milhão em 2020 e de R\$ 2.151,2 milhões em 2019, o que indica uma queda de 15,4%. Já a receita líquida foi de R\$ 1.584,0 milhão em 2020 e de R\$ 1.887,6 milhões em 2019.

O custo das vendas e dos serviços prestados foi de R\$ 1.472,7 milhão em 2020, representando 93% da receita líquida, e, em 2019, foi de R\$ 1.696,1 milhão.

O EBITDA (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) foi de R\$ 48,7 milhões, e o EBITDA Ajustado de R\$ 61,3 milhões. Em

2020, o EBITDA Ajustado representou 3,9% da receita líquida. A relação entre dívida líquida EBITDA Ajustado foi de 1,96 vezes em 2020.

EBITDA - R\$ MIL	2015	2016	2017	2018	2019	2020
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	14.300	32.336	34.176	51.014	41.165	(12.009)
(-) IRPJ/CSLL corrente e diferido	2.890	17.006	15.627	21.906	24.293	(8.714)
(+) Resultado financeiro, líquido	17.130	20.018	20.479	16.552	29.662	21.360
(+) Depreciação e amortização	18.423	22.460	29.533	33.949	35.808	33.341
(+) Depreciação do ativo de direito de uso	-	-	-	-	1.617	14.779
EBITDA	52.743	91.820	99.815	123.421	132.545	48.757
Margem Ebitda	4,4%	6,2%	6,3%	7,1%	7,0%	3,1%
(+) Outras (despesas) e receitas	477	19.530	4.565	3.780	5.714	1.583
(-) Evento Olimpíadas	-	(31.300)	-	-	-	-
(+) Despesas com pessoal	-	-	-	-	-	10.967
EBITDA ajustado*	53.220	80.050	104.380	127.201	138.259	61.307
Receita líquida	1.211.271	1.487.696	1.591.235	1.727.665	1.887.657	1.584.029
EBITDA/Receita líquida	4,4%	5,4%	6,6%	7,4%	7,3%	3,9%

(*) A Companhia passa a fazer a reconciliação do EBITDA, isto é, EBTIDA = lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações, com EBITDA Ajustado. O EBITDA Ajustado engloba o ajuste referente as "Despesas com pessoal" relacionado ao custo com rescisões causadas pela pandemia e custos referentes a 30% do salário dos colaboradores com contrato suspenso, conforme nota explicativa 25 às demonstrações financeiras.

INVESTIMENTO EM PESSOAS

Cuidar da saúde das nossas pessoas e atender os clientes garantindo a segurança de todos: o ano de 2020 foi de mudanças na cultura corporativa da Sapore. Com a pandemia, foi preciso construir novos formatos de trabalho e buscar estar mais presente na vida dos mais de 14 mil colaboradores da companhia, dando toda a assistência necessária.

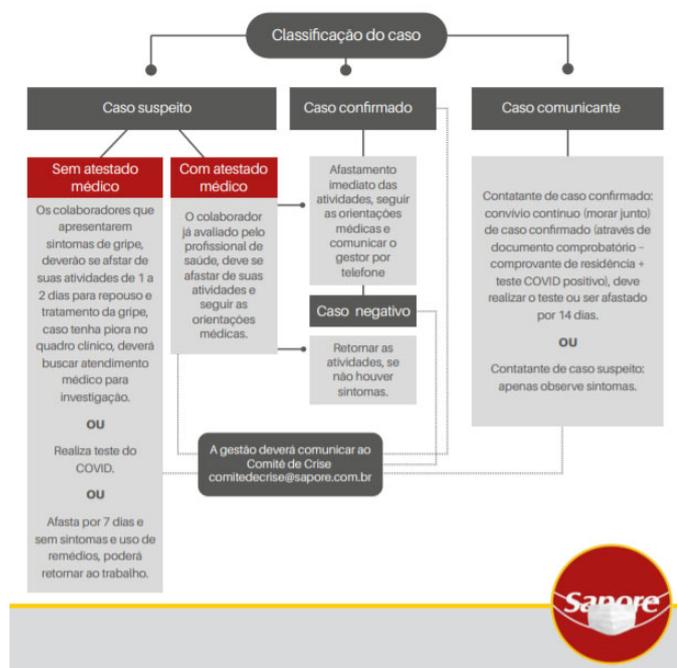
O Comitê de Gestão de Crise contou com a participação de especialistas como médicos e enfermeiros do trabalho, psicólogos, engenheiros de segurança do trabalho, técnicos de segurança do trabalho e nutricionistas, que ajudaram a estabelecer os protocolos de prevenção que seguem todas as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e das autoridades sanitárias brasileiras.

Na sede corporativa, foram instalados monitores com indicadores da Sapore e mundiais relacionados aos casos de Covid-19. Também ocorreu a distribuição de álcool em gel de bolsa e máscaras, e uma sala passou a ficar reservada para dúvidas e sugestões sobre a doença.

Para os casos suspeitos ou confirmados de Covid-19, foi realizado monitoramento contínuo, participação em pesquisas e atendimento diário com equipe de apoio assistencial. As campanhas de saúde incluíram boletins informativos, *podcasts*, vídeos no portal de inovação e serviços (SIA) e um jogo chamado "fato ou *fake*", que teve o objetivo de fixar as mensagens corretas na mente dos colaboradores.

PROTOCOLO DE RESPOSTA

Caso suspeito ou confirmado de Coronavírus na Sapore



Para auxiliar na prevenção e na detecção do novo coronavírus, a inovação tecnológica se fez fortemente presente na área de Recursos Humanos da companhia. Foi desenvolvido o aplicativo Saporito, um *chatbot* criado originalmente para o envio de perguntas variadas relacionadas à empresa, mas que passou a ter o objetivo de autoavaliação sobre os sintomas do coronavírus, com base no protocolo do Ministério da Saúde.

Os líderes da companhia foram fundamentais para manter a segurança e a continuidade dos processos. Durante os meses iniciais das medidas de isolamento (março e abril de 2020), foram feitas reuniões diárias com as gerências regionais, a fim de garantir a continuidade da operação, dando total apoio e suporte às equipes que não podiam falhar no atendimento aos clientes.

A Sapore também se valeu das medidas trabalhistas da MP nº 927/2020 para preservar a maior parte do seu quadro de colaboradores, durante a pandemia. Foram adotadas medidas como a antecipação de férias individuais, a concessão de férias coletivas, a antecipação de feriados, o banco de horas e a redução da jornada de trabalho, assim como a suspensão de mais de 3 mil contratos de trabalho.

A diretoria da companhia se antecipou à medida governamental em questão e reduziu seus próprios salários em 50%, dando o exemplo para toda a companhia do sacrifício que seria necessário nos meses à frente. Infelizmente, as demissões que ocorreram foram inevitáveis, sendo os segmentos de Escolas e Eventos os mais impactados.

Na área administrativa, cerca de 20% dos colaboradores passaram a trabalhar em *home office*, e 35% no modelo híbrido. Presencialmente, as equipes se organizaram fazendo rodízios, evitando ao máximo a exposição ao vírus ao longo da semana.

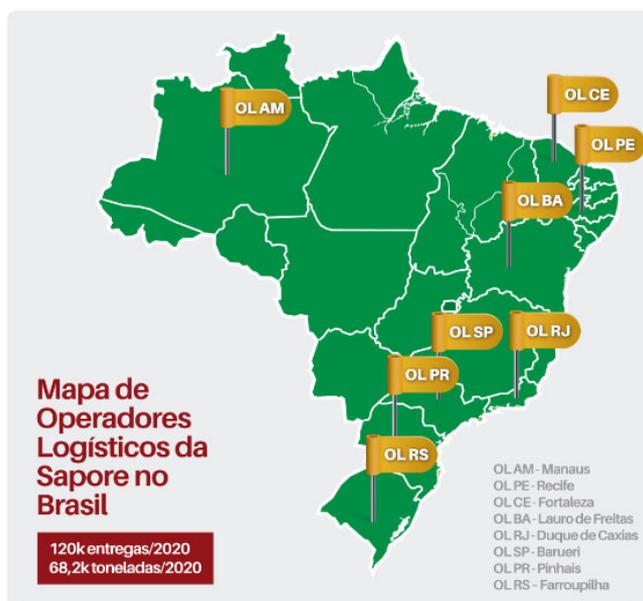
Apesar do cenário adverso, a companhia não deixou de investir em medidas de conscientização para redução do número de acidentes de trabalho. Como resultado, houve uma queda de 51% nesse quesito, assim como de 57% em dias perdidos.

SUPRIMENTOS E LOGÍSTICA

O ano de 2020 foi marcado por uma forte alta nos preços dos produtos alimentícios. Alimentos indispensáveis na mesa dos brasileiros, como o arroz e o feijão, tiveram um aumento de 76% e 68%, respectivamente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ainda de acordo com o IBGE, o setor de alimentos e bebidas apresentou a maior variação acumulada no ano desde 2002, com uma alta de 14%. Além do arroz e do feijão, citados anteriormente, destacam-se a carne (+ 17,9%), as frutas (+ 25%), o óleo de soja (+ 103%), o frango (+ 17%), a batata inglesa (+ 67%), o leite (+ 26%) e as carnes e peixes industrializados (+ 15%).

Diante de tamanho desafio, a Sapore conseguiu manter seu equilíbrio renegociando contratos com fornecedores e seguindo uma estratégia assertiva de redução de custos.



Em nenhum momento a companhia teve de lidar com falta de produtos. Parte disso se deve também ao excelente relacionamento mantido com cerca de 2.800 fornecedores, que foram determinantes para a manutenção do equilíbrio das operações. Alguns deles passaram a fornecer também itens com os quais a empresa não trabalhava anteriormente, como álcool em gel e máscaras, ambos valiosos para o funcionamento dos restaurantes e lanchonetes.

Mesmo com o aumento no valor de produtos de limpeza e outros equivalentes, a companhia garantiu o abastecimento de itens como embalagens, adesivos para indicar distanciamento social e sachês de azeite para evitar a manipulação em comum de vidros.

A Sapore possui ao todo oito centros de operação logística, localizados nos Estados do Amazonas, Bahia, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Ceará, que atendem todo o país, com estrutura tecnológica e física para produtos secos, resfriados e congelados.

A empresa realizou mais de 120 mil entregas no ano e movimentou cerca de 70 mil toneladas de alimentos.



CLIENTES

Em um ano em que o objetivo era focar em boas práticas e mitigar riscos ao máximo possível, a Sapore conseguiu se readequar rapidamente e expandir sua presença em segmentos que foram fundamentais, como, logística, varejo, agronegócio e saúde.

Ao todo, foram mais de 100 unidades inauguradas em diversas regiões do país, que, juntas, produziram mais de 55 mil novas refeições por dia. O *e-commerce* movimentou os segmentos de logística e varejo, fazendo a companhia conquistar 30 novos restaurantes em redes supermercadistas, empresas de tele vendas e nos grandes centros de distribuição de *marketplaces*.

Na área da saúde, novos contratos foram fechados na região Nordeste e no Estado de São Paulo. Neste último, destaca-se o Hospital de Campanha do Pacaembu.

Para que os trabalhos fossem feitos de forma segura, dentro dos protocolos de cada Estado e respeitando a particularidade de cada cliente, a Sapore utilizou-se do Comitê de Gestão de Crise para dar suporte adequado a todas as unidades. Também foi feito um vídeo explicativo reunindo as informações mais importantes relacionadas à segurança e à higiene.

O modelo de proposta de serviços mudou para a priorização da segurança alimentar, mas com a manutenção da qualidade e do sabor das refeições. Nos clientes com fornecimento de refeições no formato de *self-service*, houve alteração para refeição servida pelo colaborador Sapore ou pelo *box* de comida pronta, preservando as escolhas de cardápio dos contratantes. Para garantir a variedade, um menu com mais de 10 tipos de combinações foi disponibilizado.

Para os nossos clientes, criamos diferentes estratégias, com o objetivo de atender e corresponder a cada necessidade. Entre elas, totens de álcool em gel, serviço porcionado evitando o manuseio de utensílios, adesivos indicando a distância segura entre cada cliente nas filas, balcões com divisórias de acrílico,

pagamentos por meios digitais e identificação de mesas e cadeiras inoperantes. Como uma estratégia diferenciada e inovadora, que garante segurança alimentar e evita a exposição, oferecemos também as nossas refeições embaladas com variedade de cardápios, incluindo salada e sobremesas.

Diante de um ano incomum como foi 2020, a Sapore buscou atender os clientes com o máximo de flexibilidade, coerência, responsabilidade e transparência. Cada cliente tinha sua própria particularidade, o que exigiu toda atenção, todo cuidado e toda customização no momento de desenvolver soluções.

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Em 2020, a Sapore se tornou a primeira de seu segmento a levar 100% de sua estrutura de *data center* para a nuvem, procedimento que foi feito em apenas três meses, incluindo os processos de fundação, migração e otimização. A ação representou uma economia financeira de aproximadamente 20% se comparado ao modelo anterior, além de ampliar a vantagem competitiva e a eficiência operacional.

Com o investimento tecnológico, foi possível diminuir em 16% o número de servidores, em razão da melhora na tecnologia dos servidores em *cloud*. A estrutura é mais segura e passou a suportar com mais eficácia a complexidade das operações da Sapore, que incluem faturamento, planejamento de cardápio, compras, logística de distribuição, dentre outras.

Outros projetos foram desenvolvidos durante o ano com base no cenário da pandemia e ainda estão na fase de testes (protótipos), como reconhecimento de fluxo nos restaurantes, identificação de rosto com máscara para pagamentos e robô que interage com usuários na entrada do restaurante.

Um projeto piloto já prevê a instalação de tecnologia que monitora o uso de EPIs nas cozinhas via *machine learning*, auxiliando na segurança do colaborador e na saúde dos usuários. A ideia é reduzir a zero os acidentes que resultam da falta ou do uso incorreto dos equipamentos de proteção dos colaboradores, como, por exemplo, de luvas de corte, botas de proteção e máscaras.

Coube à equipe de inteligência operacional da Sapore (IOS), que desde 2004 realiza otimizações em processos, produtos e pessoas para ganhos de produtividade, apresentar soluções para substituir o modelo *self-service*. A saída foi envazar e servir a comida já pronta para consumo, minimizando o risco de contaminação. Essa estratégia representou ganho de produtividade, com redução no número de serviços e no desperdício de alimentos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

A Sapore tem o compromisso de ajudar no desenvolvimento de um mundo sustentável para as gerações futuras. Para isso, a empresa busca criar valor não apenas para os clientes, mas também para seus colaboradores e para a sociedade como um todo.

A Companhia estabeleceu parcerias para ações sociais, passando a vender cestas básicas e *kits* de higiene, em uma iniciativa que fez parte do projeto “A comunidade nos move”.

Por meio de ações sociais, a Sapore forneceu, praticamente a preço de custo, mais de 220 mil marmitas. As refeições foram destinadas a pessoas em estado de vulnerabilidade social por conta da pandemia.

A Sapore também deu continuidade a algumas iniciativas sociais. O acesso à educação de qualidade é uma das chaves para se alcançar uma transformação social positiva. Com base nesse entendimento, a companhia, por meio da Associação Daniel Mendez, desenvolve há nove anos na cidade de Campinas, em São Paulo, uma parceria com o projeto Pescar.

O programa tem como objetivo promover a iniciação profissional de jovens, entre 16 e 19 anos, em situação de vulnerabilidade social. Os alunos podem assistir às aulas com temas como trabalho em equipe, inteligência emocional, *marketing* pessoal, informática, liderança e como falar em público.

Com a pandemia, os conteúdos foram rapidamente adaptados para o formato EAD (ensino a distância). A turma de 2020 teve um total de 36 jovens que se formaram no mês de novembro. Desses alunos, cerca de 15 já estão colocados no mercado de trabalho, atuando dentro de unidades da Sapore ou em empresas parceiras. O projeto também dá oportunidade para funcionários exercerem o voluntariado, atuando como educadores.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As transformações pelas quais a sociedade passou em 2020, provenientes da crise sanitária, vieram para reforçar a necessidade de se aprimorar e aprofundar as boas práticas de governança corporativa dentro da Sapore. Foi o ano em que a companhia pôde verificar se os seus valores enquanto organização se concretizavam no dia a dia de suas relações com todos os *stakeholders*.

A postura ética, responsável e transparente na administração dos negócios alinhou interesses e prospecções às estratégias de longo prazo. Começando dentro de casa, o Canal Ético da companhia teve sua continuidade garantida e ampliada para atender colaboradores, fornecedores e clientes, assegurando os princípios de Diversidade e Inclusão na companhia. Por meio dele, os interessados puderam relatar, de maneira totalmente confidencial, qualquer conduta que descumprisse o Código de Ética da Sapore, tais como atos de corrupção e ocorrências de racismo e preconceito de ordem sexual e de gênero, bem como assédios morais e sexuais.

O canal de comunicação funciona de forma independente, por meio de uma empresa terceirizada que é responsável por captar os casos relatados para encaminhamento ao Comitê de Ética da Sapore. A partir dessas denúncias, o comitê atua de acordo com o regimento interno aprovado pela alta direção da empresa, garantindo o anonimato e a confidencialidade das informações recebidas.

A política da companhia na contratação de serviços de auditoria visa assegurar que não haja conflitos de interesses e perda de independência ou de objetividade do auditor.

AGRADECIMENTOS

O ano de 2020 entrará para a história como uma fase de superação para manter o equilíbrio dos nossos negócios. Mesmo nesse ambiente bastante desafiador, conseguimos nos adaptar e inovar, graças à excepcional qualidade e resiliência de nossos colaboradores, que atuam nas diferentes operações da Sapore em todo o Brasil e no exterior. Embora estejamos fisicamente distantes, ficou evidente o forte sentimento de união que contribuiu para que todos permanecêssemos focados em servir nossos clientes e executar nossa estratégia da melhor forma possível.

Merecem nosso reconhecimento especial os clientes, fornecedores, acionistas e instituições financeiras, cujo apoio e parceria foram de extrema importância para seguirmos firmes em nosso propósito, que, em 2020, foi o de cuidar da saúde e da segurança de todos os que fizeram parte das nossas relações diárias.



KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da

Sapore S.A.

Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sapore S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Sapore S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de vendas e de serviços prestados

Veja as notas 7.c e 24 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme descrito na nota 7.c, a Companhia reconhece as receitas de serviços de refeição quando o serviço é prestado, ou seja, a refeição é servida.</p> <p>A receita de serviços de refeição é reconhecida mensalmente, cuja parte da receita é baseada em quantidades de refeições servidas mas ainda não faturadas.</p> <p>Devido a relevância dos valores envolvidos, a natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar do assunto, incluindo o grau de conhecimento necessário para aplicar procedimentos de auditoria e avaliar os resultados desses procedimentos, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <p>(1) o entendimento do processo de reconhecimento de receita da Companhia, incluindo o ambiente, desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de reconhecimento da receita de refeições servidas mas não faturadas;</p> <p>(2) avaliação, com base em uma amostra de notas fiscais emitidas no período subsequente, se a quantidade de refeições servidas durante o mês anterior foram reconhecidas no período contábil correto e se a quantidade de refeições servidas estava de acordo com o aceite do cliente e com a nota fiscal emitida;</p> <p>(3) avaliação, com base em uma amostra das receitas reconhecidas e não faturadas, se a quantidade de refeições servidas durante o mês estão de acordo com o aceite do cliente;</p> <p>(4) avaliação, com base em uma amostral, para verificação da existência, precisão e integridade das bases de dados das transações de vendas ao longo do exercício com base em amostragem, e confrontamos com a respectiva documentação suporte; e</p> <p>(5) avaliação se as divulgações das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relacionadas a receita de vendas e de serviços prestados estão de acordo com as normas aplicáveis.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que montante da receita de refeições servidas, mas não faturadas e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 30 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-027612-F



Juliana de Lira Bilachi
Contadora CRC 1SP254945/O-7

Sapora S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	104.129	109.901	105.092	111.068	Fornecedores	18	159.097	148.595	163.116	155.136
Contas a receber de clientes	9	227.168	221.354	233.889	229.722	Fornecedores - risco sacado	19	50.796	44.418	50.796	44.418
Ativos de contrato	9	16.788	17.147	16.788	17.147	Empréstimos e financiamentos	17.a	95.775	73.602	95.775	73.602
Estoques	10	77.976	84.869	78.497	85.215	Passivo de arrendamento	17.d	11.971	16.555	11.971	16.555
Instrumentos financeiros de hedge	30	4.561	2.322	4.561	2.322	Instrumentos financeiros de hedge	30	3.906	1.565	3.906	1.565
Impostos a recuperar	11.b	13.443	13.257	15.020	14.408	Impostos e contribuições a recolher	21	26.664	23.508	37.441	29.930
Imposto de renda e contribuição social		4.338	3.672	4.456	3.946	Salários, férias e encargos a pagar	22	71.036	74.905	72.120	75.961
Dividendos à receber		159	159	-	-	Dividendos a pagar	23.d	14	10.138	14	10.138
Outras contas a receber	12	18.424	30.696	18.922	30.959	Imposto de renda e contribuição social	29	-	5.622	238	6.378
Total do ativo circulante		466.986	483.377	477.225	494.787	Outras conta a pagar		5.680	6.346	7.116	4.908
						Total do passivo circulante		424.939	405.254	442.493	418.591
											(2.208)
Não circulante						Não circulante					
Outros investimentos		3.123	1.138	3.123	1.138	Empréstimos e financiamentos	17.a	129.400	151.255	129.400	151.255
Empréstimos a receber - partes relacionadas	13	13.400	1.366	13.400	1.366	Passivo de arrendamento	17.d	15.044	29.953	15.044	29.953
Depósitos judiciais	20	35.298	30.287	35.298	30.287	Instrumentos financeiros de hedge	30	1.070	1.665	1.070	1.665
Instrumentos financeiros de hedge	30	114	858	114	858	Provisões para processos judiciais	20	15.983	5.726	16.218	5.797
Impostos a recuperar	11.b	-	-	178	145	Outras conta a pagar		-	-	1.907	1.588
Ativo fiscal diferido	11.a	18.210	8.669	22.784	12.696	Impostos e contribuições a recolher	21	2.845	5.992	2.845	5.992
Outras contas a receber	13	1.084	1.663	1.276	1.795	Provisão para passivo a descoberto	15	5.080	-	-	-
Total do realizável a longo prazo		71.229	43.981	76.173	48.285	Total do passivo não circulante		169.422	194.591	166.484	196.250
						Total do passivo		594.361	599.845	608.977	614.841
Imobilizado	14	91.146	99.575	95.705	102.942	Patrimônio líquido	23				
Ativos de direito de uso	14	25.139	44.860	25.139	44.860	Capital social		68.770	68.770	68.770	68.770
Investimentos	15	5.840	4.941	17	17	Reservas de lucros		12.890	24.897	12.890	24.897
Intangível	16	15.704	17.729	16.415	18.584	Ajuste de avaliação patrimonial		23	951	23	951
Total do ativo não circulante		137.829	167.105	137.276	166.403	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		81.683	94.618	81.683	94.618
						Participação de não controladores				14	16
Total do ativo		676.044	694.463	690.674	709.475	Total do patrimônio líquido		81.683	94.618	81.697	94.634
						Total do passivo e patrimônio líquido		676.044	694.463	690.674	709.475

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sapore S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita sobre vendas		1.512.213	1.802.350	1.543.135	1.845.951
Receita sobre serviços prestados		<u>40.894</u>	<u>41.706</u>	<u>40.894</u>	<u>41.706</u>
Receita de vendas e de serviços prestados	24	<u>1.553.107</u>	<u>1.844.056</u>	<u>1.584.029</u>	<u>1.887.657</u>
Custo das vendas e dos serviços prestados	25	<u>(1.442.811)</u>	<u>(1.648.251)</u>	<u>(1.472.764)</u>	<u>(1.696.087)</u>
Lucro bruto		<u>110.296</u>	<u>195.805</u>	<u>111.265</u>	<u>191.570</u>
Despesas gerais e administrativas	26	(107.773)	(119.701)	(111.533)	(122.278)
Despesas com vendas		(4.756)	(6.063)	(4.754)	(6.166)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	(1.850)	297	(1.874)	267
Outras despesas	27	(2.338)	(8.288)	(2.338)	(8.288)
Outras receitas	27	<u>9.186</u>	<u>43.819</u>	<u>9.871</u>	<u>44.204</u>
Lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		<u>2.765</u>	<u>105.869</u>	<u>637</u>	<u>99.309</u>
Receitas financeiras	28	6.645	3.726	6.649	3.749
Despesas financeiras	28	<u>(27.631)</u>	<u>(37.307)</u>	<u>(28.009)</u>	<u>(37.600)</u>
Resultado financeiro	28	<u>(20.986)</u>	<u>(33.581)</u>	<u>(21.360)</u>	<u>(33.851)</u>
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	15	<u>(2.753)</u>	<u>(6.755)</u>	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(20.974)</u>	<u>65.533</u>	<u>(20.723)</u>	<u>65.458</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	29	(489)	(17.730)	(495)	(17.901)
Imposto de renda e contribuição social diferido	29	<u>9.456</u>	<u>(6.589)</u>	<u>9.209</u>	<u>(6.392)</u>
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		<u>(12.007)</u>	<u>41.214</u>	<u>(12.009)</u>	<u>41.165</u>
Resultado atribuível aos					
Acionistas controladores		(12.007)	41.214	(12.007)	41.214
Acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>(49)</u>
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		<u>(12.007)</u>	<u>41.214</u>	<u>(12.009)</u>	<u>41.165</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sapore S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(12.007)	41.214	(12.009)	41.165
Outros resultados abrangentes				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(763)	245	(763)	245
Hedge de fluxo de caixa	11 (250)	748	(250)	748
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	11 85	(254)	85	(254)
Resultado abrangente do exercício	(12.935)	41.953	(12.937)	41.904
Resultado abrangente total atribuído a				
Acionistas controladores	(12.935)	41.953	(12.935)	41.953
Acionistas não controladores	-	-	(2)	(49)
Resultado abrangente do exercício	(12.935)	41.953	(12.937)	41.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sapore S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros								
	Nota	Capital social	Legal	Reservas de incentivo fiscal	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2019		18.800	3.759	-	49.470	212	-	72.241	65	72.306
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	41.214	41.214	(49)	41.165
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	739	-	739	-	739
Destinações:										
Aumento de capital com reserva de lucros	23.a	49.970	-	-	(49.970)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	2.062	-	-	-	(2.062)	-	-	-
Dividendos do exercício propostos	23.d	-	-	-	-	-	(19.576)	(19.576)	-	(19.576)
Retenção de lucros		-	-	-	19.576	-	(19.576)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		68.770	5.821	-	19.076	951	-	94.618	16	94.634
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	(12.007)	(12.007)	(2)	(12.009)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(928)	-	(928)	-	(928)
Destinações:										
Constituição de reserva de incentivo fiscal	23.a	-	-	21.966	(21.966)	-	-	-	-	-
Aumento de capital com reserva de lucros	23.a	-	-	(21.966)	21.966	-	-	-	-	-
Retenção de lucros		-	-	-	(12.007)	-	12.007	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		68.770	5.821	-	7.069	23	-	81.683	14	81.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sapora S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes dos impostos		(20.974)	65.533	(20.725)	65.458
Ajustes por:					
Provisões para contingências	20.b	22.330	2.085	22.330	2.086
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	1.850	297	1.874	267
Depreciação, amortização e diferimento		31.494	34.563	33.341	35.808
Amortização de direitos de uso	14	14.779	16.664	14.779	16.664
Juros sobre financiamentos e arrendamentos	17.c	10.979	18.052	10.979	18.052
Valor residual na baixa de ativo imobilizado, investimentos e arrendamento		9.083	8.188	9.299	8.292
Equivalência patrimonial	15	2.753	6.755	-	-
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(7.305)	(17.782)	(4.059)	(17.199)
Estoques		6.893	(20.592)	6.808	(20.661)
Impostos a recuperar		(852)	(3.067)	(867)	(3.149)
Demais ativos		4.157	(18.797)	4.030	(20.192)
Fornecedores		6.849	27.288	3.029	28.292
Fornecedores risco sacado		6.378	(3.798)	6.378	(3.798)
Impostos e contribuições a recolher		(6.102)	(8.001)	(4.058)	(4.983)
Depósitos judiciais	20.c	(17.083)	(42.298)	(17.083)	(42.298)
Recebimento de processo judicial		-	36.365	-	36.365
Outras contas a pagar e salários		(132)	(2.927)	(158)	(860)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		65.097	98.528	65.897	98.144
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(13.365)	-	(12.899)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		65.097	85.163	65.897	85.245
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado	14	(14.341)	(38.120)	(16.976)	(39.488)
Aumento de capital nas investidas		(3.652)	(3.438)	-	-
Aquisições de bens de direito de uso		(541)	(3.923)	(541)	(3.923)
Aquisição de ativo intangível	16	(23)	(2.667)	(105)	(3.121)
Empréstimos (concedidos) à partes relacionadas		(12.034)	(268)	(12.034)	(268)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(30.591)	(48.416)	(29.656)	(46.800)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de dividendos	17.e	(10.124)	(34.002)	(10.124)	(34.002)
Captação de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis	17.e	106.181	187.683	106.181	187.683
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis	17.e	(14.787)	(13.143)	(14.787)	(13.143)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis	17.e	(121.548)	(103.852)	(121.548)	(103.852)
Caixa líquido (usado) provenientes nas atividades de financiamento		(40.278)	36.686	(40.278)	36.686
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		(5.772)	73.433	(4.037)	75.131
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		109.901	36.468	111.068	36.783
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		-	-	(1.939)	(846)
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		104.129	109.901	105.092	111.068
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		(5.772)	73.433	(4.037)	75.131

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Sapore S.A. (“Companhia”) está constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Avenida Antonio Artioli, nº 570 - Swiss Park Office - Edifício Altdorf - Bloco G, na cidade de Campinas, estado de São Paulo.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Grupo”).

O Grupo tem por objeto a prestação de serviços e vendas no setor de alimentação e refeições, através da operação de cozinhas industriais, próprias ou de terceiros, em restaurantes empresariais, corporativos, lanchonetes e eventos.

COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) considerou o coronavírus (COVID-19) uma pandemia, com impactos relevantes na economia mundial.

A Administração avalia de forma constante os efeitos do surto sobre as suas operações e a prioridade foi de assegurar a saúde e segurança de seus funcionários e clientes, garantindo a segurança e normalidade do fornecimento de alimentos, e com medidas trabalhistas para preservação do emprego dos seus colaboradores.

Principais medidas tomadas pelo Grupo

Com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos da pandemia nas operações e nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as principais medidas implementadas foram:

- Negociação das condições dos empréstimos e financiamentos com instituições financeiras e dos pagamentos com os fornecedores, visando preservar caixa e manutenção do índice de liquidez e manutenção do fornecimento de alimentos e produtos;
- Comunicação frequente e ativa com todos os colaboradores ligados a atividade operacional e administrativa para cuidados contra o vírus;
- No início do surto, o Grupo aderiu ao afastamento remunerado dos funcionários do grupo de risco que se encontram afastados até os dias de hoje;
- Intensificação no abastecimento de materiais de limpeza como álcool gel e instalação de equipamentos de proteção entre as mesas dos restaurantes;
- Implementação de programa de revisão de custos com cortes de despesas e negociações com fornecedores para a redução dos custos dos serviços prestados;
- Negociações com clientes com o objetivo de encontrar equilíbrio econômico e rentabilidade mínima no período de baixos volumes de faturamento;
- Adoção da prática de home office para os colaboradores das áreas administrativas;
- Aderiu a postergação dos pagamentos tributários (FGTS, INSS, PIS, COFINS, com suas devidas obrigações acessórias (Medida provisória 927 e nas portarias 139 e 254).

Riscos de liquidez

É importante frisar que o Grupo apresenta sólida posição financeira e de crédito, capital circulante positivo e fluxo de caixa operacional também positivo, que associada às medidas preventivas em curso, asseguram plena condição sustentável para atravessar este momento de crise, com equilíbrio econômico e financeiro.

O Grupo mantém um monitoramento do risco de liquidez através da gestão de seus recursos de caixa e aplicações financeiras. Quanto aos recebíveis foram avaliadas todas as medidas para potenciais riscos de não serem quitados. O prazo médio de recebimento não foi alterado. A Administração não observou sinais de aumento de inadimplência.

O Grupo fortaleceu a posição de caixa através da captação de novos empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento em 2020 de R\$ 106.181 conforme demonstrado na nota explicativa 17.e.

Acompanhamento das estimativas contábeis e redução ao valor recuperável dos ativos

O Grupo considerou em suas revisões de estimativas potenciais aumentos de perdas com recebíveis e eventuais perdas de recuperabilidade dos estoques, e não foram identificados efeitos significativos que ocasionassem aumentos significativos nas estimativas contábeis.

A Administração não identificou indicativos de perda ao valor recuperável dos seus ativos imobilizados e direito de uso tendo em vista os impactos decorrentes do COVID-19.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em relação à realização de créditos de impostos diferidos, o Grupo não identificou e nem espera impactos relevantes, considerando suas expectativas de geração de lucros tributáveis futuros e os créditos são essencialmente oriundos de diferenças temporárias, conforme demonstrado na nota explicativa 11.a.

Risco de continuidade operacional

O Grupo atua em um setor de alimentações e refeições e avaliou possíveis cenários da crise nos negócios e nas projeções. Na avaliação da Administração, o desempenho no exercício não apresenta riscos para a continuidade dos negócios.

2 Relação de entidades controladas

Veja política contábil na nota 7.

Segue abaixo lista das controladas do Grupo:

Nome da controlada	País origem	31/12/2020	31/12/2019
Sapore S.A.S. - Colômbia	Colômbia	99,90%	99,90%
Real Alimentacion Del Mexico	México	99,90%	99,90%
Unión Servicios de Alimentación S.A de C.V. (a)	México	99,90%	99,90%
Sapore Pará Refeições Ltda.	Brasil	97,00%	97,00%

Devido ao mercado local não oferecer condições sustentáveis para expansão comercial pretendida quando da aquisição da operação no México, a Administração decidiu em maio de 2020 encerrar as atividades operacionais da Controlada. Até o momento ainda

não finalizamos as negociações quanto a venda das operações da Union, bem como não estimamos perdas significativas com valor recuperável dos ativos.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados, na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 14** - prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 9 e 30** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

- **Nota explicativa 16.d** - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- **Nota explicativa 20**- reconhecimento e mensuração de provisões para processos: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa 14.c** - prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis, em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 30 - instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis, descritas abaixo, de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada a

valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos, exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

A relação das controladas e seus respectivos percentuais de participação, utilizados para aplicação do método de equivalência patrimonial, está apresentada na Nota Explicativa nº 2.

(iii) Participação de acionistas não controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. A participação de acionistas não controladores nas controladas é destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iv) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda, originado pela perda de controle, é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento, na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas

são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

(i) *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo, pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários, denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço, são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários, que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira, são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários, que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira, são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras, resultantes da conversão, são reconhecidas no resultado.

(ii) *Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa.

c. Receita de contrato com o cliente

A receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Prestação de contratos de clientes referentes a serviços de refeição

O Grupo reconhece receitas de contratos de clientes referentes a serviços de refeição quando: (i) com base na identificação de contrato com cliente incluindo a determinação de que as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) na identificação das obrigações de desempenho incluindo quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos e à medida que a entidade satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente; (iii) quando as partes puderem determinar o preço da transação e quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv)

quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

Ativos de contrato

O Grupo possui receitas relacionadas a serviços de refeição calculadas e reconhecidas mensalmente que ainda não foram faturadas, essas receitas são reconhecidas com base na quantidade de refeições servidas. O Grupo classifica essas receitas como ativos de contrato caracterizados pelos direitos do Grupo a contraprestação pelo trabalho concluído mas não faturado na data das demonstrações financeiras. Os ativos de contrato são transferidos para recebíveis quando os direitos tornam-se incondicionais. Isso ocorre normalmente quando o Grupo emite uma fatura para o cliente.

d. Benefícios a empregados de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso o Grupo tenha uma obrigação presente - legal ou construtiva - de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e caso a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O Grupo não tem benefícios de longo prazo.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Ganhos e perdas líquidos sobre *hedges* de fluxos de caixa para proteção contra o risco de taxa de juros e o risco cambial para empréstimos (veja a nota explicativa 17.a).

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. O Grupo classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício (corrente e diferido) são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal, pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação as diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são

determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

g. Estoques

Os estoques são avaliados pelo custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagens e impostos não recuperáveis. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de restaurante	3 anos a 25 anos
Móveis e utensílios	4 anos a 12 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de computação	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados, caso seja apropriado.

(*) As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pela taxa de vida útil e prazo do contrato com clientes e de locação, no menor prazo entre eles.

i. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e Mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis, que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas, são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

<i>Software</i>	5 anos
Carteira de clientes (Alimenco e Gran Palato)	19 anos
Acordo de não competitividade	19 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma

irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa.
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de Hedge

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação da taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ('forward points') é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

k. Capital social

Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo.

I. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.
- As perdas estimadas para os títulos a receber de seus clientes são mensuradas a partir da experiência real de perda de crédito dos últimos anos. O Grupo tem como prática analisar recorrentemente a situação financeira e patrimonial de seus clientes, bem como acompanhar periodicamente os títulos em aberto.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro e foram calculadas como segue:

Controladora				
Em milhares de reais	Saldo Contábil bruto	Taxa média ponderada de perda estimada	Provisão para perda estimada	Com problemas de recuperação
Créditos a vencer	240.028	0,2%	(588)	Não
Créditos em atraso até 60 dias	3.273	12,14%	(397)	Não
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	352	23,34%	(82)	Não
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	731	59,68%	(436)	Não
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	1.410	56,23%	(793)	Sim
Créditos em atraso há mais de 361 dias	4.506	89,59%	(4.037)	Sim
	<u>250.300</u>		<u>(6.344)</u>	

Consolidado				
Em milhares de reais	Saldo Contábil bruto	Taxa média ponderada de perda estimada	Provisão para perda estimada	Com problemas de recuperação
Créditos a vencer	244.909	0,2%	(490)	Não
Créditos em atraso até 60 dias	4.316	12,24%	(528)	Não
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	399	19,34%	(77)	Não
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	1.090	23,68%	(258)	Não
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	1.535	29,33%	(450)	Sim
Créditos em atraso há mais de 361 dias	4.873	89,09%	(4.341)	Sim
	<u>257.122</u>		<u>(6.145)</u>	

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado

O Grupo considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada.

Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando o Grupo considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de *forma pro rata temporis*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

m. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Processos judiciais

A provisão para disputas e litígios é reconhecida quando é provável que o Grupo será obrigado a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados as várias reivindicações, processos e ações iniciados tanto por terceiros quanto pelo Grupo, relativos às disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

n. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "passivos de arrendamento" no balanço patrimonial.

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

o. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 30 (a)).

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do

instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

p. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); e
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

q. Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo adotou inicialmente as alterações ao CPC 15 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

A Companhia não possui combinações de negócios, desta maneira não tem os requerimentos de aplicar a Definição de um Negócio (Alterações ao CPC 15), que seriam aplicáveis às combinações de negócios cujas datas de aquisição ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para avaliar se havia adquirido um negócio ou um grupo de ativos.

O Grupo aplicou as alterações da reforma da taxa de juros de referência retrospectivamente às relações de *hedging* que existiam em 1º de janeiro de 2020 ou foram designadas posteriormente e que são diretamente afetadas pela reforma da taxa de juros de referência. Estas alterações também se aplicam ao ganho ou perda acumulado na reserva de hedge de fluxo de caixa existente em 1º de janeiro de 2020. Os detalhes das políticas contábeis encontram-se divulgados na nota explicativa 7(j)(v). Veja também a nota explicativa 31(iv) para divulgações relacionadas sobre riscos e contabilidade de *hedge*.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	10.578	7.211	11.541	8.378
Aplicações financeiras	93.551	102.690	93.551	102.690
Total de caixa e equivalentes de caixa	104.129	109.901	105.092	111.068

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Essas aplicações financeiras se referem substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e fundos de renda fixa, remuneradas com média de 100,28% em 31 de dezembro de 2020 (99,57% em 31 de dezembro de 2019) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

9 Contas a receber de clientes e ativos de contrato

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
No país	235.512	227.074	240.334	235.870
Ativos de contrato (*)	16.788	17.147	16.788	17.147
Sub-total	250.300	244.221	257.122	253.017
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(6.344)	(5.720)	(6.445)	(6.148)
	243.956	238.501	250.677	246.869

(*) Ativos de contrato são receitas reconhecidas mediante ao período de fornecimento de refeições e ainda não faturadas.. A mensuração é baseada na quantidade de refeições servidas

O quadro a seguir resume os saldos de contas a receber de clientes e ativos de contrato por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	240.028	235.502	244.909	240.429
Em atraso até 60 dias	3.273	2.795	4.316	4.017
Em atraso de 61 a 90 dias	352	262	399	1.069
Em atraso de 91 a 180 dias	731	675	1.090	852
Em atraso de 181 a 360 dias	1.410	816	1.535	883
Em atraso há mais de 361 dias	4.506	4.171	4.873	5.767
	250.300	244.221	257.122	253.017

Os critérios adotados pelo Grupo para o cálculo da provisão de perdas por redução ao valor recuperável levam em consideração o risco de crédito da carteira de clientes, bem como o histórico de recebimento de títulos em atraso.

Demonstramos a seguir a movimentação de perdas por redução ao valor recuperável no período:

Controladora

Saldo em 1º. de janeiro de 2019	(6.018)
Complemento de provisão	(1.800)
Baixa efetiva de títulos vencidos	1.398
Reversão de provisão	700
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(5.720)
Complemento de provisão	(1.850)
Baixa efetiva de títulos vencidos	1.226

Saldo em 31 de dezembro de 2020	(6.344)
--	----------------

Consolidado

Saldo em 1º. de janeiro de 2019	(6.415)
--	----------------

Complemento de provisão	(1.812)
Baixa efetiva de títulos vencidos	1.379

Reversão de provisão	700
----------------------	-----

Saldo em 31 de dezembro de 2019	(6.148)
--	----------------

Complemento de provisão	(1.874)
Baixa efetiva de títulos vencidos	1.577

Saldo em 31 de dezembro de 2020	(6.445)
--	----------------

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Produtos alimentícios nos operadores logísticos	59.220	62.893	59.220	62.892
Produtos alimentícios nas unidades operacionais (restaurantes)	18.756	21.976	19.277	22.323
	77.976	84.869	78.497	85.215

Em 31 de dezembro de 2020, o custo alimentar, os insumos, e as variações no saldo de estoques de produtos para venda de refeições e prestações de serviços incluídos no ‘Custo das vendas e dos serviços prestados’ totalizaram R\$ 1.442.811 (R\$ 1.648.251 em 2019) na controladora e R\$ 1.472.764 (R\$1.696.087 em 2019) no consolidado. (nota 25).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Administração não identificou a necessidade de constituir nenhuma provisão para valor realizável dos estoques.

11 Impostos diferidos e a recuperar

a. Ativo fiscal diferido

Os ativos e os passivos fiscais diferidos possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Impostos diferidos				
Provisão para processos tributários	41.195	20.089	41.195	20.089
Provisão para processos trabalhistas	7.895	6.671	7.895	6.671

Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	6.344	5.720	6.344	5.720
Instrumentos financeiros de <i>hedge</i>	301	51	301	51
Direito de uso (CPC 06-R2)	1.874	1.617	1.874	1.617
Prejuízo Fiscal (controlada Gran Sapore Colômbia)	-	-	3.248	3.221
Prejuízo Fiscal (controlada Union México)	-	-	10.306	9.880
Outros (controlada Union México)	-	-	1.151	-
<i>Leasing</i> (RTT) - Passivo fiscal diferido	<u>(4.050)</u>	<u>(8.651)</u>	<u>(4.050)</u>	<u>(8.651)</u>
Base de cálculo dos impostos diferidos	<u>53.559</u>	<u>25.497</u>	<u>68.264</u>	<u>25.497</u>
Taxa combinada de 35% - Colômbia	-	-	1.137	1.063
Taxa combinada de 30% - México	-	-	3.437	2.964
Taxa combinada de 25% para IR e 9% para CSLL - Brasil	<u>18.210</u>	<u>8.669</u>	<u>18.210</u>	<u>8.669</u>
Total do Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos - Líquido (compensados)	<u>18.210</u>	<u>8.669</u>	<u>22.784</u>	<u>12.696</u>
Efeito no resultado no período (nota 29)	<u>9.456</u>	<u>(6.589)</u>	<u>9.209</u>	<u>(6.392)</u>

Na controladora a taxa combinada é de 25% para IR e 9% para CSLL, as investidas no exterior de acordo com a legislação local a taxa combinada de IR e CS no México é 30% e 35% na Colômbia.

De acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, o Grupo compensou seus ativos fiscais diferidos contra os seus passivos fiscais diferidos que têm o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes; e aqueles que os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estavam relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária (na mesma entidade tributável).

A movimentação do ativo fiscal diferido está assim demonstrada:

	Controladora			
	Saldo em 31.12.2019	Reconhecidos no patrimônio líquido	Reconhecidos no resultado (nota 29)	Saldo em 31.12.2020
Provisão para contingências tributárias	20.089	-	21.106	41.195
Provisão para contingências trabalhistas	6.671	-	1.224	7.895
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.720	-	624	6.344
Instrumentos financeiros <i>hedge</i>	50	250	-	301
Direito de uso (CPC 06-R2)	1.617	-	257	1.874
<i>Leasing</i> (RTT) - Passivo fiscal diferido	<u>(8.651)</u>	<u>-</u>	<u>4.601</u>	<u>(4.050)</u>
Base do imposto diferido	<u>25.496</u>	<u>250</u>	<u>27.812</u>	<u>53.559</u>
Impostos diferidos - (compensados)	<u>8.669</u>	<u>85</u>	<u>9.456</u>	<u>18.210</u>

Controladora				
	Saldo em 01.01.2019	Reconhecidos no patrimônio líquido	Reconhecidos no resultado (nota 29)	Saldo em 31.12.2019
Provisão para contingências tributárias	44.234	-	(24.145)	20.089
Provisão para contingências trabalhistas	7.231	-	(560)	6.671
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.018	-	(298)	5.720
Instrumentos financeiros <i>hedge</i>	798	(748)	-	50
Direito de uso (CPC 06-R2)	-	-	1.617	1.617
<i>Leasing</i> (RTT) - Passivo fiscal diferido	(12.658)	-	4.007	(8.651)
Base do imposto diferido	45.623	(748)	(19.379)	25.496
Impostos diferidos - (compensados)	15.512	(254)	(6.589)	8.669

Consolidado					
	Saldo em 31.12.2019	Reconhecidos no patrimônio líquido	Reconhecidos no resultado (nota 29)	Outros	Saldo em 31.12.2020
Provisão para contingências tributárias	20.089	-	21.106	-	41.195
Provisão para contingências trabalhistas	6.671	-	1.224	-	7.895
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.720	-	624	-	6.344
Instrumentos financeiros <i>hedge</i>	50	250	-	-	301
Direito de uso (CPC 06-R2)	1.617	-	257	-	1.874
Prejuízo fiscal da controlada Gran Sapora Colômbia	3.221	-	705	(678)	3.248
Prejuízo fiscal da controlada Union México	8.498	-	1.808	-	10.306
Outros da controlada Union México	1.382	-	(231)	-	1.151
<i>Leasing</i> (RTT) - Passivo fiscal diferido	(8.651)	-	4.601	-	(4.050)
Base do imposto diferido	38.597	250	30.094	(678)	68.264
Imposto diferido - Colômbia	1.063	-	247	(173)	1.137
Imposto diferido - México	2.964	-	473	-	3.437
Imposto diferido - Brasil	8.669	85	9.456	-	18.210
Impostos diferidos - (compensados)	12.696	85	10.176	(173)	22.784

Consolidado					
	Saldo em 01.01.2019	Reconhecidos no patrimônio líquido	Reconhecidos no resultado (nota 29)	Outros	Saldo em 31.12.2019
Provisão para contingências tributárias	44.234	-	(24.145)	-	20.089
Provisão para contingências trabalhistas	7.231	-	(560)	-	6.671
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.018	-	(298)	-	5.720
Instrumentos financeiros <i>hedge</i>	798	(748)	-	-	50
Direito de uso (CPC 06-R2)	-	-	1.617	-	1.617

Outros da controlada Gran Sapora					
Colômbia	3.988	-	(984)	217	3.221
Outros da controlada Union México	7.449	-	1.740	691	9.880
Leasing (RTT) - Passivo fiscal diferido	<u>(12.658)</u>	<u>-</u>	<u>4.007</u>	<u>-</u>	<u>(8.651)</u>
Base do imposto diferido	<u>57.060</u>	<u>(748)</u>	<u>(18.623)</u>	<u>908</u>	<u>38.597</u>
Imposto diferido - Colômbia	1.316	-	(325)	72	1.063
Imposto diferido - México	2.234	-	522	208	2.964
Imposto diferido - Brasil	<u>15.512</u>	<u>(254)</u>	<u>(6.589)</u>	<u>-</u>	<u>8.669</u>
Impostos diferidos - (compensados)	<u>19.062</u>	<u>(254)</u>	<u>(6.392)</u>	<u>280</u>	<u>12.696</u>

b. Impostos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
ICMS a recuperar	10.236	10.453	10.363	10.580
INSS a recuperar	2.650	2.199	2.650	2.199
Outros	<u>557</u>	<u>605</u>	<u>2.007</u>	<u>1.629</u>
Total circulante	<u>13.443</u>	<u>13.257</u>	<u>15.020</u>	<u>14.408</u>
Não circulante				
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>178</u>	<u>145</u>
Total de impostos à recuperar	<u>13.443</u>	<u>13.257</u>	<u>15.198</u>	<u>14.553</u>

12 Outras contas a receber

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Adiantamento à fornecedores	9.428	18.806	9.428	18.806
Despesas antecipadas	3.735	5.487	3.735	5.487
Direitos à receber	2.592	2.493	2.592	2.493
Adiantamentos diversos	1.936	2.890	2.429	3.149
Antecipação de seguros	<u>733</u>	<u>1.020</u>	<u>738</u>	<u>1.024</u>
Total circulante	<u>18.424</u>	<u>30.696</u>	<u>18.922</u>	<u>30.959</u>
Não circulante				
Despesas antecipadas	395	974	556	1.106
Outros	<u>689</u>	<u>689</u>	<u>720</u>	<u>689</u>
Total não circulante	<u>1.084</u>	<u>1.663</u>	<u>1.276</u>	<u>1.795</u>
Total de outras contas à receber	<u>19.508</u>	<u>32.359</u>	<u>20.198</u>	<u>32.754</u>

13 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações do Grupo com sua controladora e coligadas, como segue:

Controladora	Saldo investimento (nota 15)		Saldo do ativo – Empréstimos a receber		Saldo do passivo a descoberto (nota 15)		Dividendos a distribuir (nota 23.d)		Resultado - Outras despesas		Resultado - Resultado de equivalência (nota 15)	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Abanzai Representações	-	-	12.008	-	-	-	(14)	(10.138)	-	(2.700)	-	-
Real Alim. Del México	-	-	-	-	(1.920)	(1.570)	-	-	-	-	-	-
Union Servicios Alimentacion	-	-	-	-	(3.148)	(854)	-	-	-	-	(1.933)	(5.729)
Gran Sapore Del Colombia	5.362	4.463	-	-	-	-	-	-	-	-	(796)	(1.410)
Sapore Argentina SRL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sapore Pará Refeições	461	461	-	-	(12)	-	-	-	-	-	(24)	384
DSPI Atacadista	-	-	1.125	1.107	-	-	-	-	-	-	-	-
Unifacilities Serviços	-	-	256	250	-	-	-	-	-	-	-	-
Sabor Raiz Alimentação S.A.	-	-	6	4	-	-	-	-	-	-	-	-
CMV Solutions Vendas e Gestão Empresarial	-	-	5	5	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos diversos	17	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5.840	4.941	13.400	1.366	(5.080)	(2.424)	(14)	(10.138)	-	(2.700)	(2.753)	(6.755)

Consolidado	Saldo do ativo – Empréstimos a receber		Dividendos a distribuir (nota 23.d)		Resultado - Outras despesas		Saldo investimento (nota 15)	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Abanzai Representações	12.008	-	(14)	(10.138)	-	(2.700)	-	-
DSPI Atacadista	1.125	1.107	-	-	-	-	-	-
Unifacilities Serviços	256	250	-	-	-	-	-	-
Sabor Raiz Alimentação S.A.	6	4	-	-	-	-	-	-
CMV Solutions Vendas e Gestão Empresarial	5	5	-	-	-	-	-	-
Investimentos Diversos	-	-	-	-	-	-	17	17
	13.400	1.366	(14)	(10.138)	-	(2.700)	17	17

Os saldos de ativos em aberto com estas partes relacionadas são empréstimos a receber com base em condições acordadas entre as partes e nenhum dos saldos possuem garantias.

Operações com o pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui sócios, conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Honorários da diretoria	2.283	2.596
Remuneração contratada	-	1.052
	2.283	3.648

Controladora

A controladora final da Companhia é a Abanzai Representações S.A.

14 Imobilizado e ativo de direito de uso

a. Composição do imobilizado e do ativo de direito de uso

	Controladora				Consolidado			
	2020		2019		2020		2019	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	1.942	(1.395)	547	740	1.942	(1.395)	547	740
Benfeitorias em imóveis de terceiros	19.252	(15.130)	4.122	5.763	20.491	(15.243)	5.248	6.280
Máquinas e equipamentos	1.438	(896)	542	670	1.472	(905)	567	696
Equipamentos de restaurante	138.941	(80.676)	58.265	60.563	144.488	(83.431)	61.057	62.808
Móveis e utensílios	62.273	(40.243)	22.030	24.538	63.022	(40.716)	22.306	24.792
Veículos	3.555	(2.643)	912	1.500	3.792	(2.748)	1.044	1.658
Equipamentos de computação	18.235	(14.042)	4.193	5.348	18.792	(14.483)	4.309	5.422
Imobilizado em andamento	536	-	536	453	628	-	628	546
Total do ativo imobilizado	246.171	(155.025)	91.146	99.575	254.627	(158.922)	95.705	102.942
<i>CPC 06-R2 - Bens de direito de uso</i>								
Máquinas e equipamentos	28.370	(12.051)	16.319	22.569	28.370	(12.051)	16.319	22.569
Imóveis	9.382	(4.528)	4.854	10.033	9.382	(4.528)	4.854	10.033
Veículos	11.936	(7.970)	3.966	12.258	11.936	(7.970)	3.966	12.258
Total do ativo direito de uso	49.688	(24.549)	25.139	44.860	49.688	(24.549)	25.139	44.860
Total	295.859	(179.574)	116.285	144.435	304.315	(183.471)	120.844	147.802

b. Movimentação do custo

Controladora				
	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Adições por compras	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Instalações	2.027	268	(353)	1.942
Benfeitorias em imóveis de terceiros	21.052	1.275	(3.075)	19.252
Máquinas e equipamentos	1.372	83	(17)	1.438
Equipamentos de restaurante	132.289	9.891	(3.239)	138.941
Móveis e utensílios	58.624	5.469	(1.820)	62.273
Veículos	3.917	-	(362)	3.555
Equipamentos de computação	17.413	911	(89)	18.235
Imobilizado em andamento	453	95	(13)	535
Total do ativo imobilizado	237.147	17.992	(8.968)	246.171
<i>CPC 06-R2 - Bens de direito de uso</i>				
Máquinas e equipamentos	28.370	-	-	28.370
Imóveis	14.097	468	(5.183)	9.382
Veículos	18.896	73	(7.033)	11.936
Total do ativo direito de uso	61.363	541	(12.216)	49.688
Total do custo	298.510	18.533	(21.184)	295.859

Controladora				
	Saldo em 1º de janeiro de 2019	Adições por compras	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Instalações	1.912	398	(283)	2.027
Benfeitorias em imóveis de terceiros	19.803	3.523	(2.274)	21.052
Máquinas e equipamentos	1.023	538	(189)	1.372
Equipamentos de restaurante	115.854	19.418	(2.983)	132.289
Móveis e utensílios	49.107	10.914	(1.397)	58.624
Veículos	3.632	812	(527)	3.917
Equipamentos de computação	15.311	2.352	(250)	17.413
Imobilizado em andamento	2.151	186	(1.884)	453
Total do ativo imobilizado	208.793	38.141	(9.787)	237.147
<i>CPC 06-R2 - Bens de direito de uso</i>				
Máquinas e equipamentos	26.216	2.154	-	28.370
Imóveis	14.922	209	(1.034)	14.097
Veículos	17.336	1.560	-	18.896
Total do ativo direito de uso	58.474	3.923	(1.034)	61.363
Total do custo	267.267	42.064	(10.820)	295.510

Consolidado				
	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Adições por compras	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Instalações	2.027	268	(353)	1.942
Benfeitorias em imóveis de terceiros	21.497	2.069	(3.075)	20.491
Máquinas e equipamentos	1.406	83	(17)	1.472
Equipamentos de restaurante	136.213	11.514	(3.239)	144.488
Móveis e utensílios	59.239	5.603	(1.820)	63.022
Veículos	4.168	50	(426)	3.792
Equipamentos de computação	17.820	1.061	(89)	18.792
Imobilizado em andamento	546	95	(13)	628
Total do ativo imobilizado	242.916	20.743	(9.032)	254.627
<i>CPC 06-R2 - Bens de direito de uso</i>				
Máquinas e equipamentos	28.370	-	-	28.370
Imóveis	14.097	468	(5.183)	9.382
Veículos	18.896	73	(7.033)	11.936
Total do ativo direito de uso	61.363	541	(12.216)	49.688
Total do custo	304.279	21.284	(21.248)	304.315

Consolidado				
	Saldo em 1º de janeiro de 2019	Adições por compras	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Instalações	1.912	377	(262)	2.027
Benfeitorias em imóveis de terceiros	19.803	4.042	(2.348)	21.497
Máquinas e equipamentos	1.024	571	(189)	1.406
Equipamentos de restaurante	119.383	19.813	(2.983)	136.213
Móveis e utensílios	49.450	11.186	(1.397)	59.239
Veículos	3.951	812	(595)	4.168
Equipamentos de computação	15.661	2.409	(250)	17.820
Imobilizado em andamento	2.151	278	(1.883)	546
	213.335	39.488	(9.907)	242.916
<i>CPC 06-R2 - Bens de direito de uso</i>				
Máquinas e equipamentos	26.216	2.154	-	28.370
Imóveis	14.922	209	(1.034)	14.097
Veículos	17.336	1.560	-	18.896
	58.474	3.923	(1.034)	61.363
	271.809	43.411	(10.941)	304.279

c. Movimentação da depreciação acumulada

Controladora						
	Taxa média de depreciação % a.a.	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Adições por arrendamento mercantil	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Instalações	10	(1.287)	-	(307)	199	(1.395)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	(15.289)	-	(2.290)	2.449	(15.130)
Máquinas e equipamentos	10	(702)	(2)	(198)	6	(896)
Equipamentos de restaurante	8	(71.726)	(986)	(9.374)	1.410	(80.676)
Móveis e utensílios	7	(34.086)	(86)	(7.022)	951	(40.243)
Veículos	20	(2.417)	(121)	(375)	270	(2.643)
Equipamentos de computação	20	(12.065)	(220)	(1.840)	83	(14.042)
Total da depreciação acumulada do ativo imobilizado		(137.572)	(1.415)	(21.406)	5.368	(155.025)
<i>CPC 06-R2 - Bens de direito de uso (**)</i>						
Máquinas e equipamentos		(5.801)	(6.250)	-	-	(12.051)
Imóveis		(4.064)	(3.072)	-	2.608	(4.528)
Veículos		(6.638)	(5.457)	-	4.125	(7.970)
Total da depreciação acumulada do ativo direito de uso		(16.503)	(14.779)	-	6.733	(24.549)
Total da depreciação acumulada		(154.075)	(16.194)	(21.406)	12.101	(179.574)
Controladora						
	Taxa média de depreciação % a.a.	Saldo em 1º de janeiro de 2019	Adições por arrendamento mercantil	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Instalações	10	(1.114)	(4)	(295)	126	(1.287)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	(12.981)	-	(2.967)	659	(15.289)
Máquinas e equipamentos	10	(508)	(4)	(210)	20	(702)
Equipamentos de restaurante	8	(62.838)	(1.086)	(8.793)	991	(71.726)
Móveis e utensílios	7	(28.211)	(150)	(6.316)	591	(34.086)
Veículos	20	(2.300)	(198)	(310)	391	(2.417)
Equipamentos de computação	20	(10.193)	(183)	(1.900)	211	(12.065)
		(118.145)	(1.625)	(20.791)	2.989	(137.572)
<i>CPC 06-R2 - Bens de direito de uso (**)</i>						
Máquinas e equipamentos		-	(1.403)	(4.398)	-	(5.801)
Imóveis		-	(1.049)	(3.176)	161	(4.064)
Veículos		-	(1.578)	(5.060)	-	(6.638)
		-	(4.030)	(12.634)	161	(16.503)
		(118.145)	(5.655)	(33.425)	3.150	(154.075)

Consolidado						
	Taxa média de depreciação % a.a.	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Adições por arrendamento mercantil	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Instalações	10	(1.287)	-	(307)	199	(1.395)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	(15.217)	-	(2.475)	2.449	(15.243)
Máquinas e equipamentos	10	(710)	(2)	(199)	6	(905)
Equipamentos de restaurante	8	(73.405)	(986)	(10.450)	1.410	(83.431)
Móveis e utensílios	7	(34.447)	(86)	(7.134)	951	(40.716)
Veículos	20	(2.510)	(121)	(421)	304	(2.748)
Equipamentos de computação	20	(12.398)	(220)	(1.949)	83	(14.484)
Total da depreciação acumulada do ativo imobilizado		(139.974)	(1.415)	(22.935)	5.402	(158.922)
<i>CPC 06-R2 - Bens de direito de uso (**)</i>						
Máquinas e equipamentos		(5.801)	(2.250)	-	-	(12.051)
Imóveis		(4.064)	(3.072)	-	2.608	(4.528)
Veículos		(6.638)	(5.457)	-	4.125	(7.970)
Total da depreciação acumulada do ativo direito de uso		(16.503)	(14.779)	-	6.733	(24.549)
Total da depreciação acumulada		(156.477)	(16.194)	(22.935)	12.135	(183.471)

(*) As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pela taxa de vida útil e prazo do contrato com clientes e de locação, no menor prazo entre eles.

(**) Os ativos de direito de uso são depreciados pelo prazo do contrato.

Consolidado						
	Taxa média de depreciação % a.a.	Saldo em 1º de janeiro de 2019	Adições por arrendamento mercantil	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Instalações	10	(1.114)	(4)	(295)	126	(1.287)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	(12.981)	-	(2.967)	731	(15.217)
Máquinas e equipamentos	10	(508)	(4)	(216)	18	(710)
Equipamentos de restaurante	8	(64.464)	(1.086)	(8.846)	991	(73.405)
Móveis e utensílios	7	(28.525)	(150)	(6.363)	591	(34.447)
Veículos	20	(2.409)	(198)	(322)	419	(2.510)
Equipamentos de computação	20	(10.486)	(183)	(1.940)	211	(12.398)
		(120.487)	(1.625)	(20.949)	3.087	(139.974)
<i>CPC 06-R2 - Bens de direito de uso(**)</i>						
Máquinas e equipamentos		-	(1.403)	(4.398)	-	(5.801)
Imóveis		-	(1.049)	(3.176)	161	(4.064)
Veículos		-	(1.578)	(5.060)	-	(6.638)
		-	(4.030)	(12.634)	161	(16.503)
		(120.487)	(5.655)	(33.583)	3.248	(156.477)

O Grupo não identificou indicativos, internos ou externos, que possam gerar dúvida de que os ativos imobilizados possam estar registrados por valor acima ao de sua recuperação; portanto, não procedeu aos testes de redução ao valor recuperável dos ativos.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas não atendem à definição de propriedade para investimento e estão apresentados separadamente no balanço e atendem ao critério de ativo imobilizado.

Opções de prorrogação

Alguns arrendamentos de propriedades contém opções de prorrogação exercíveis pela Companhia até um ano antes do final do período do contrato não cancelável. Sempre que possível, a Companhia procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de prorrogação são exercíveis apenas pela Companhia e não pelos arrendadores. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de prorrogação. A Companhia reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

A Companhia estimou que os potenciais pagamentos futuros de arrendamento, se decidir por exercer a opção de prorrogação, não resultariam em um aumento do passivo de arrendamento relevante.

15 Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Investimentos diversos (nota 13)	17	17	17	17
Investimentos em controladas no exterior (nota 13)	5.823	4.924	-	-
Total dos investimentos	5.840	4.941	17	17

Demonstramos no quadro abaixo os “dados sobre as participações” das investidas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Union Servicios de Alimentación S.A. de C.V.	-	-	-	-
Gran Sapora Del Colômbia	5.362	4.463	-	-
Sapora Pará Refeições Ltda.	461	461	-	-
Investimentos diversos	17	17	17	17
	5.840	4.941	17	17

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em controladas. As informações apresentadas abaixo foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Conforme “dados sobre as participações” apresentado à seguir, a Companhia reconheceu provisão para perda relativa à sua participação em sua controlada Real Alimentación Del México, com patrimônio líquido descoberto de R\$ 1.920 em 2020 (R\$ 1.563 em 2019) e para a controlada Unión Servicios de Alimentación S.A de C.V. de R\$ 3.148 em 2020, (R\$ 854 em 2019). As perdas estão apresentadas na rubrica de “outras contas à pagar”, no passivo circulante.

31/12/2020									
	Participação	Total de ativos circulante	Total de ativos não circulante	Total de passivos circulante	Total de passivos não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado líquido	MEP (nota 13)
Real Alimentación Del México	99,90%	36	6	(57)	(1.905)	1.920	-	-	-
Unión Servicios de Alimentación S.A de C.V.	99,90%	5.688	740	(9.323)	(184)	3.079	9.302	(1.935)	(1.933)
Gran Sapore Del Colômbia	99,90%	9.114	5.678	(9.430)	-	(5.362)	21.620	(797)	(796)
Sapore Pará Refeições Ltda.	97,00%	616	4	(229)	-	(391)	-	(25)	(24)
								(2.757)	(2.753)
31/12/2019									
	Participação	Total de ativos circulante	Total de ativos não circulante	Total de passivos circulante	Total de passivos não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado líquido	MEP (nota 13)
Real Alimentación Del México	99,90%	30	5	(46)	(1.559)	1.570	-	-	-
Unión Servicios de Alimentación S.A de C.V.	99,90%	4.085	4.281	(8.966)	(254)	854	21.261	(5.735)	(5.729)
Gran Sapore Del Colômbia	99,90%	6.676	4.363	(6.563)	(14)	(4.463)	18.041	(1.411)	(1.410)
Sapore Pará Refeições Ltda.	97,00%	805	5	(393)	-	(416)	4.300	396	384
								(6.750)	(6.755)

16 Intangível

a. Composição do intangível

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020		31/12/2019	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
<i>Software</i>	11.807	(9.936)	1.871	3.475	13.109	(10.527)	2.582	4.330
<i>Software Tekfood</i>	7.682	(7.682)	-	-	7.682	(7.682)	-	-
Projetos em andamento	473	-	473	473	473	-	473	473
Carteira de clientes - Alimenco e G. Palato	7.905	(2.214)	5.691	6.107	7.905	(2.214)	5.691	6.107
Acordo de não competitividade	100	(29)	71	76	100	(29)	71	76
<i>Vida útil indefinida</i>								
Patentes e marcas registradas	34	-	34	34	34	-	34	34
Ágio por rentabilidade futura	7.564	-	7.564	7.564	7.564	-	7.564	7.564
	35.565	(19.861)	15.704	17.729	36.867	(20.452)	16.415	18.584

b. Movimentação do custo

Controladora					
	Prazos de vida útil	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Vida útil definida					
<i>Software</i>	5 anos	11.826	23	(42)	11.807
<i>Software Tekfood</i>	5 anos	7.682	-	-	7.682
Projetos em andamento	5 anos	473	-	-	473
Carteira de clientes - Alimenco e G. Palato	19 anos	7.905	-	-	7.905
Acordo de não competitividade	19 anos	100	-	-	100
Vida útil indefinida					
Patentes e marcas registradas	Indefinida	34	-	-	34
Ágio por rentabilidade futura (Gran Palato / Alimenco)	Indefinida	7.564	-	-	7.564
Total do custo do intangível		35.584	23	(42)	35.565

Controladora					
	Prazos de vida útil	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Vida útil definida					
<i>Software</i>	5 anos	9.674	2.154	(2)	11.826
<i>Software Tekfood</i>	5 anos	7.682	-	-	7.682
Projetos em andamento	5 anos	495	513	(535)	473
Carteira de clientes - Alimenco e G. Palato	19 anos	7.905	-	-	7.905
Acordo de não competitividade	19 anos	100	-	-	100
Vida útil indefinida					
Patentes e marcas registradas	Indefinida	34	-	-	34
Ágio por rentabilidade futura (Gran Palato / Alimenco)	Indefinida	7.564	-	-	7.564
Total do custo do intangível		33.454	2.667	(537)	35.584

Consolidado					
	Prazos de vida útil	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Vida útil definida					
Software	5 anos	13.336	105	(332)	13.109
Software Tekfood	5 anos	7.682	-	-	7.682
Projetos em andamento	5 anos	473	-	-	473
Carteira de clientes - Alimenco e G. Palato	19 anos	7.905	-	-	7.905
Acordo de não competitividade	19 anos	100	-	-	100
Vida útil indefinida					
Patentes e marcas registradas	Indefinida	34	-	-	34
Ágio por rentabilidade futura (Gran Palato / Alimenco)	Indefinida	7.564	-	-	7.564
Total do custo do intangível		37.094	105	(332)	36.867

Consolidado					
	Prazos de vida útil	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Vida útil definida					
Software	5 anos	10.871	2.608	(143)	13.336
Software Tekfood	5 anos	7.682	-	-	7.682
Projetos em andamento	5 anos	495	513	(535)	473
Carteira de clientes - Alimenco e G. Palato	19 anos	7.905	-	-	7.905
Acordo de não competitividade	19 anos	100	-	-	100
Vida útil indefinida					
Patentes e marcas registradas	Indefinida	34	-	-	34
Ágio por rentabilidade futura (Gran Palato / Alimenco)	Indefinida	7.564	-	-	7.564
Total do custo do intangível		34.651	3.121	(678)	37.094

c. Movimentação da amortização

Controladora					
	Prazos de vida útil	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
<i>Software</i>	5 anos	(8.351)	(1.627)	42	(9.936)
<i>Software Tekfood</i>	5 anos	(7.682)	-	-	(7.682)
Carteira de clientes - Alimenco e G. Palato	19 anos	(1.798)	(416)	-	(2.214)
Acordo de não competitividade	19 anos	(24)	(5)	-	(29)
Total da amortização acumulada		(17.855)	(2.048)	42	(19.861)

Controladora					
	Prazos de vida útil	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
<i>Software</i>	5 anos	(6.993)	(1.360)	2	(8.351)
<i>Software Tekfood</i>	5 anos	(7.682)	-	-	(7.682)
Carteira de clientes - Alimenco e G. Palato	19 anos	(1.382)	(416)	-	(1.798)
Acordo de não competitividade	19 anos	(19)	(5)	-	(24)
Total da amortização acumulada		(16.076)	(1.781)	2	(17.855)

Consolidado					
	Prazos de vida útil	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
<i>Software</i>	5 anos	(9.006)	(1.667)	146	(10.527)
<i>Software Tekfood</i>	5 anos	(7.682)	-	-	(7.682)
Carteira de clientes - Alimenco e G. Palato	19 anos	(1.798)	(416)	-	(2.214)
Acordo de não competitividade	19 anos	(24)	(5)	-	(29)
Total da amortização acumulada		(18.510)	(2.088)	146	(20.452)

		Consolidado			
	Prazos de vida útil	Saldo em 01/01/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
<i>Software</i>	5 anos	(7.008)	(2.078)	80	(9.006)
<i>Software Tekfood</i>	5 anos	(7.682)	-	-	(7.682)
Carteira de clientes - Alimenco e G. Palato	19 anos	(1.382)	(416)	-	(1.798)
Acordo de não competitividade	19 anos	(19)	(5)	-	(24)
Total da amortização acumulada		(16.091)	(2.499)	80	(18.510)

d. Teste por redução ao valor recuperável

No encerramento de cada exercício, a Administração procede ao teste por redução ao valor recuperável do ágio e sua respectiva carteira de clientes reconhecidos sobre a aquisição de negócios da Alimenco e da Gran Palato e nenhuma perda foi reconhecida em relação ao ágio nas Unidades Geradoras de Caixas (UGC's).

Para os testes de redução ao valor recuperável, os ativos foram agrupados em uma única Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir.

Para a determinação do valor em uso dos ativos do Grupo foi utilizada a metodologia do fluxo de caixa descontado, calculado a partir da capitalização dos fluxos de caixa livres, descontados a uma taxa de retorno (WACC) que corresponde ao retorno exigido, considerando-se o custo médio ponderado das diferentes formas de financiamento presentes na estrutura de capital da Companhia.

Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de desconto	12,58%	10,93%
Taxa de crescimento estimado para o LAJIDA (média para os próximos três anos)	2,66%	2,35%

As projeções financeiras das unidades de negócios no Brasil foram elaboradas em moeda nacional, em valores nominais de meio de período.

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital em que a UGC opera.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para três anos e, após, uma taxa decrescente de vendas em função do término da vida útil do ativo intangível estimado por avaliação técnica. Devido à pandemia, as premissas utilizadas foram mais conservadoras e procuraram refletir a queda de receita e possível perda de contratos de fornecimento.

O LAJIDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelo crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento médio experimentados ao longo dos últimos quatro anos, o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos quatro anos.

Como resultado final dos testes o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados com o uso dos ativos do Grupo é superior ao valor contábil líquido do ativo, portanto nenhuma perda foi reconhecida.

17 Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento

a. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são garantidos por títulos de contas a receber e avais do sócio majoritário.

Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes (controladora e consolidado):

			<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	
	Moeda	Taxa de juros nominal	Vencimento final	Valor contábil	Valor contábil
Capital de giro	R\$	128% CDI até 129% e 100% CDI+1,5% a.a. até 2,89% a.a.	2022	82.460	81.282
Capital de giro (*)	R\$	129,5% CDI até 131% e 100% CDI+1,9% a.a. até 2,06% a.a.	2021	41.611	41.235
Debêntures	R\$	100% CDI+1,10% a.a.	2024	101.104	102.340
Total (controladora e consolidado)				<u>225.175</u>	<u>224.857</u>
Parcela classificada no passivo circulante				<u>95.775</u>	<u>73.602</u>
Parcela classificada no passivo não circulante				<u>129.400</u>	<u>151.255</u>

(*) Os empréstimos possuem Swap de proteção da taxa Indexados em USD com taxa de juros nominal de Variação Cambial USD + Spread, conforme demonstrado na nota explicativa 31 – Instrumentos Financeiros.

Em 31 de dezembro de 2020, a dívida em longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

Financiamentos e empréstimos	2022	2023	2024	Total
Capital de giro	<u>12.286</u>	<u>41.285</u>	<u>-</u>	<u>53.571</u>
Debêntures	<u>829</u>	<u>-</u>	<u>75.000</u>	<u>75.829</u>
	<u>13.115</u>	<u>41.285</u>	<u>75.000</u>	<u>129.400</u>

b. Cláusulas restritivas (covenants)

As principais cláusulas de *covenants* atreladas aos contratos são:

- Inadimplência e prestação de informações da Companhia junto ao banco;
- Alteração na composição acionária e controle da Companhia;
- Início de processos de recuperação judicial e falência e divulgação de aspecto financeiros e econômicos que possam vir a ter impacto relevante sobre a operação da Companhia.
- O contrato de debêntures apresenta cláusulas de vencimento antecipado que estão atrelados aos índices financeiros e não financeiros para o período, mantendo a relação dívida líquida /EBITDA em 3,5 vezes para os exercícios de 2019 a 2021 e 3,0 vezes para os exercícios de 2022 e 2023.

Em 31 de dezembro de 2020, as garantias concedidas estão assim representadas:

- Cessão fiduciária de direitos creditórios correspondentes a conta vinculada mantida junto ao Banco Bradesco, cujo fluxo bimestral de créditos seja equivalente a R\$ 30.000.
- Os fiadores prestam fiança em favor dos debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, solidariamente, por todos os valores e encargos devidos referentes a debêntures.
- Os fiadores declaram ser principais pagadores pelo total da dívida oriunda das debêntures, o qual inclui o valor nominal unitário acrescido dos juros remuneratórios e dos encargos.

O valor garantido será pago em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito.

c. Debêntures

Em 9 de agosto de 2019, a Companhia assinou com o Banco Bradesco S.A. um contrato de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no montante de R\$ 100.000.

O cronograma de amortização do principal ocorrerá de forma semestral a partir do 18º mês, sendo seu vencimento final em 16 de agosto de 2024, a amortização dos juros ocorrerá de forma semestral e será observada durante toda vigência do contrato.

Cada debênture fará jus ao recebimento de juros remuneratórios correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI acrescidos de um spread de 1,10% ao ano.

As debêntures são classificadas pelo custo amortizado. O Grupo pretende manter os ativos até o vencimento para receber os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto.

d. Passivos de arrendamento

As obrigações de arrendamento e as parcelas a vencer dos contratos elegíveis ao CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, estão compostas da seguinte forma:

	31/12/2020	31/12/2019
Em 2020	-	16.555
Em 2021	11.971	14.806
Em 2022	8.018	8.121
Em 2023	7.026	7.026
Total	<u>27.015</u>	<u>46.508</u>
Circulante	<u>11.971</u>	<u>16.555</u>
Não circulante	15.044	29.953
Total	<u>27.015</u>	<u>46.508</u>

Demonstramos abaixo a movimentação do passivo de arrendamento:

Saldo em 1º. de janeiro de 2019	59.086
Pagamento de arrendamentos do principal e juros	(8.388)
Juros incorridos (nota 28)	<u>(4.190)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>46.508</u>
Pagamento de arrendamentos do principal e juros	(11.382)
Juros incorridos (nota 28)	(2.865)
Baixa do passivo de arrendamento	(5.787)
Novos contratos de arrendamento	<u>541</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>27.015</u>

Em virtude de não ter ocorrido uma variação significativa na taxa média de desconto em 2020, a taxa aplicada pelo Grupo foi de 8,16% a.a, para os contratos de móveis e imóveis em 2019 e até dezembro de 2020 obtidas utilizando como critério a taxa de captação para um novo financiamento com prazo similares.

e. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Controladora e Consolidado					
	Passivos			Derivativos (ativos) / passivos mantidos para <i>hedge</i> de empréstimos		
	Empréstimos e financiamentos	Dividendos	Passivos de arrendamentos financeiros e direitos de uso	Swap de taxas de juros e contratos de câmbio a prazo utilizados para <i>hedge</i> - ativo	Swap de taxas de juros e contratos de câmbio a prazo utilizados para <i>hedge</i> - passivo	Total
Saldo 1º de janeiro de 2020	224.857	10.138	46.508	(3.180)	3.230	236.693
Variações dos fluxos de caixa de financiamento						
Custos de empréstimos capitalizados	105.640	-	541	-	-	106.181
Juros pagos	(11.922)	-	(2.865)	-	-	(14.787)
Pagamento de empréstimos	(104.379)	-	-	-	-	(104.379)
Pagamento de arrendamentos de direitos de uso e financeiro	-	-	(17.169)	-	-	(17.169)
Pagamento de dividendos (nota 23.d)	-	(10.124)	-	-	-	(10.124)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(10.661)	(10.124)	(19.493)	-	-	(40.278)
Variações nos valores justos	-	-	-	(1.495)	1.746	251
Outras variações - relacionadas com passivos						
Despesa com juros	10.979	-	-	-	-	10.979
Dividendos do exercício propostos (nota 23.d)	-	-	-	-	-	-
Total das outras variações relacionadas com passivos	10.979	-	-	-	-	10.979
Saldo em 31 de dezembro de 2020	255.175	14	27.015	(4.675)	4.976	207.645

Controladora e Consolidado						
	Passivos		Derivativos (ativos) / passivos mantidos para hedge de empréstimos			Total
	Empréstimos e financiamentos	Dividendos	Passivos de arrendamentos financeiros e direitos de uso	Swap de taxas de juros e contratos de câmbio a prazo utilizados para hedge - ativo	Swap de taxas de juros e contratos de câmbio a prazo utilizados para hedge - passivo	
Saldo 1º de janeiro de 2019	123.539	24.564	59.086	(2.715)	3.513	149.513
Variações dos fluxos de caixa de financiamento						
Custos de empréstimos capitalizados	187.683	-	-	-	-	187.683
Aquisições de bens de direito de uso	-	-	-	-	-	(3.923)
Juros pagos	(13.143)	-	-	-	-	(13.143)
Pagamento de empréstimos	(87.084)	-	-	-	-	(87.084)
Amortização de direitos de uso (IFRS 16)	-	-	-	-	-	16.664
Pagamento de arrendamentos de direitos de uso e financeiro	-	-	(16.768)	-	-	(16.768)
Pagamento de dividendos (nota 23.d)	-	(34.002)	-	-	-	(34.002)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	87.456	(34.002)	(16.768)	-	-	49.427
Variações nos valores justos	-	-	-	(465)	(283)	(748)
Outras variações - relacionadas com passivos						
Despesa com juros	13.862	-	4.190	-	-	18.052
Valor residual de arrendamento de direito de uso	-	-	-	-	-	873
Dividendos do exercício propostos (nota 23.d)	-	19.576	-	-	-	19.576
Total das outras variações relacionadas com passivos	13.862	19.576	4.190	-	-	38.501
Saldo em 31 de dezembro de 2019	224.857	10.138	46.508	(3.180)	(3.230)	236.693

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Produtos alimentícios	122.597	103.600	126.234	109.956
Serviços	32.847	42.253	33.115	42.276
Equipamentos	3.653	2.742	3.767	2.903
	159.097	148.595	163.116	155.136

19 Fornecedores - risco sacado

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Risco sacado	50.796	44.418
	50.796	44.418

O Grupo através de parcerias com instituições financeiras de primeira linha, disponibiliza aos seus fornecedores linhas atrativas de crédito por meio do produto risco sacado, o qual possibilita, a antecipação dos recebíveis junto a instituição financeira de sua escolha, possibilitando a gestão sobre seu fluxo de caixa. Assim, essas operações são apresentadas no fluxo de caixa das atividades operacionais dessas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, as taxas de desconto nas operações de risco sacado realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras ficaram entre 0,70% a 2,5% (desconto nas operações de risco sacado entre 0,80% e 2,5% em 2019) ao mês.

20 Provisão para processos e depósitos judiciais

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

a. Composição dos processos e depósitos judiciais

Controladora					
31/12/2020					31/12/2019
	Depósito judicial	Provisão para processos judiciais	Valor líquido - Depósitos judiciais	Valor líquido - Provisão para processos judiciais	Valor líquido - Provisão para processos judiciais
Trabalhistas	9.169	(7.895)	5.957	(4.683)	(5.726)
Tributário:					
ICMS (ii)	20.889	-	20.889	-	-
PIS e COFINS (i)	16.511	(16.511)	-	-	-
FNDE RAT/FAP	13.384	(13.384)	-	-	-
INSS (iii)	-	(11.300)	-	(11.300)	-
Outros	8.452	-	8.452	-	-
	59.236	(41.195)	29.341	(11.300)	-
	68.405	(49.090)	35.298	(15.983)	(5.726)

Controladora				
31/12/2019				
	Depósito judicial	Provisão para processos judiciais	Valor líquido - Depósitos judiciais	Valor líquido - Provisão para processos judiciais
Trabalhistas	7.459	(6.671)	6.514	(5.726)
Tributário:				
ICMS (ii)	15.992	-	15.992	-
PIS e COFINS (i)	12.738	(12.738)	-	-
FNDE RAT/FAP	7.351	(7.351)	-	-
Outros	7.781	-	7.781	-
	43.862	(20.089)	23.773	-
	51.321	(26.760)	30.287	(5.726)

Consolidado					
31/12/2020			31/12/2019		
	Depósito judicial	Provisão para processos judiciais	Valor líquido - Depósitos judiciais	Valor líquido - Provisão para processos judiciais	Valor líquido - Provisão para processos judiciais
Trabalhistas	9.169	(7.895)	5.957	(4.683)	(5.726)
Tributário:					
ICMS (ii)	20.889	-	20.889	-	-
PIS e COFINS (i)	16.511	(16.511)	-	-	-
FNDE RAT/FAP	13.384	(13.384)	-	-	-
INSS (iii)	-	(11.300)	-	(11.300)	-
Outros	8.452	-	8.452	(235)	(71)
	59.236	(41.195)	29.341	(11.535)	(71)
	68.405	(49.090)	35.298	(16.218)	(5.797)

Consolidado					
31/12/2019					
	Depósito judicial	Provisão para processos judiciais	Valor líquido - Depósitos judiciais	Valor líquido - Provisão para processos judiciais	
Trabalhistas	7.459	(6.671)	6.514	(5.726)	
Tributário:					
ICMS (ii)	15.992	-	15.992	-	
PIS e COFINS (i)	12.738	(12.738)	-	-	
FNDE RAT/FAP	7.351	(7.351)	-	-	
Outros	7.781	-	7.781	(71)	
	43.862	(20.089)	23.773	(71)	
	51.321	(26.760)	30.287	(5.797)	

b. Movimentação da provisão para processos

Controladora e Consolidado				
	31/12/2019	31/12/2020		
	Saldo final	Adição	Baixa	Saldo final
Trabalhistas	6.671	5.295	(4.071)	7.895
Tributário:				

PIS e COFINS (i)	12.738	3.773	-	16.511
FNDE	7.351	6.033	-	13.384
INSS (iii)	-	11.300	-	11.300
ICMS (ii)	-	-	-	-
	26.760	26.401	(4.071)	49.090
Controladora e Consolidado				
	01/01/2019	31/12/2019		
	Saldo final	Adição	Baixa	Saldo final
Trabalhistas	7.231	4.527	(5.087)	6.671
Tributário:				
PIS e COFINS (i)	7.460	5.278	-	12.738
FNDE	409	6.978	(36)	7.351
ICMS (ii)	36.365	-	(36.365)	-
	51.465	16.783	(41.488)	26.760

c. Movimentação dos depósitos judiciais

Controladora e Consolidado					
	31/12/2019	31/12/2020			
	Saldo final	Adição	Atualização Monetária	Baixa	Saldo Final
Trabalhistas	7.459	2.215	-	(505)	9.169
Tributário:					
PIS e COFINS (i)	12.738	3.773	-	-	16.511
FNDE	7.351	6.033	-	-	13.384
ICMS (ii)	15.992	2.300	2.597	-	20.889
Outros	7.781	1.585	-	(915)	8.452
	51.321	15.906	2.597	(1.420)	68.405

Controladora e Consolidado				
	01/01/2019	31/12/2019		
	Saldo final	Adição	Baixa	Saldo Final
Trabalhistas	8.157	1.691	(2.389)	7.459
Tributário:				
PIS e COFINS (i)	7.460	5.278	-	12.738
FNDE	409	6.978	(36)	7.351
ICMS (ii)	49.294	3.063	(36.365)	15.992
Outros	7.454	1.307	(980)	7.781
	72.774	18.317	(39.770)	51.321

Os principais processos provisionados acima, cuja probabilidade de perda é provável, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, estão relacionados com:

- (i) **PIS e COFINS sobre receitas financeiras** - A Companhia questiona judicialmente a inconstitucionalidade referente a tributação de PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. Desta feita, mensalmente a Companhia efetua em juízo o recolhimento desta parcela questionada, mantendo o saldo provisionado contabilmente no montante de R\$ 16.511 e o mesmo valor em depósito judicial (R\$ 12.738 em 31 de dezembro de 2019 e o mesmo valor em depósito judicial).
- (ii) **ICMS** - A Companhia obteve decisão transitada em julgada em 23 de maio de 2019 reconhecendo seu direito a recolher o ICMS pela alíquota de 4% sobre o faturamento no estado do Rio de Janeiro, tendo, portanto, sido reconhecida como ilegal a exigência feita pelo Fisco fluminense de que a tributação ocorresse pelo sistema de débito e crédito pela alíquota de 12%. Durante o trâmite processual, a diferença entre os dois regimes de tributação foi depositada judicialmente, sendo que, com o trânsito em julgado da decisão favorável à Companhia, houve a autorização para saque deste valor, o saque foi realizado em 21 de junho de 2019.

O saldo remanescente de ICMS refere-se às Execuções Fiscais 3006840-70.2013.8.26.0405 (CDA 1.092.901.727) e 3006841-55.2013.8.26.0405 (CDA 1.064.961.144) as quais decorreram de utilização de precatórios diretamente nas Guias de Apuração de Informação de ICMS no período compreendido entre os meses de outubro de 2008 a fevereiro de 2010, desde junho de 2013 o Grupo recolheu recursal de 0,35% sobre o faturamento do Estado de São Paulo que compreende ao montante de R\$ 20.889 e (R\$ 15.992 em 31 de dezembro de 2019.)

- (iii) **INSS sobre 1/3 de férias** A Companhia discute a não incidência da contribuição previdência incidente sobre o terço constitucional de férias. Tendo em vista o julgamento pelo STF do RE n. 1074785, ocorrido durante o exercício de 2020, a probabilidade de perda de acordo com análise dos assessores jurídicos foi alterada para provável, portanto uma provisão de R\$ 11.300 foi constituída no exercício.

Perdas possíveis

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos de risco possível no montante de R\$ 247.279 em 2020 (R\$ 169.485 em 31 de dezembro de 2019) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, que são principalmente:

- Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil nº 10803.720099/2014-81 - Trata-se de cobrança de diferenças de PIS e COFINS do exercício de 2009, apurados pelo regime não cumulativo, bem como glosa de créditos tomados.
- RAT/FAP: A Companhia discute judicialmente a ilegalidade da instituição do FAP e da majoração da alíquota do RAT para seu segmento de atuação. O processo encontra-se aguardando apreciação de Recurso Especial interposto pela Companhia, porém, o tema pendente de discussão de Repercussão geral no STF.

A variação observada das causas de risco de perdas possível no montante total de R\$ 77.798 quando comparados os períodos de 2020 e 2019, é justificado substancialmente pelo Auto de infração lavrado pelo Estado de São Paulo referente a suposta irregularidade no recolhimento do

ICMS durante os anos de 2015 a 2016. O auto diz respeito, basicamente, a suposta irregularidade na fruição de benefícios fiscais, falta de estorno de créditos e alguns outros pontos ali trazidos, o auto foi lavrado em março de 2020, gerando uma perda possível no montante de R\$ 64.000.

21 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
REFIS da Copa – (PIS/COFINS e IR/CS) (a)	777	1.360	2.137	763	2.098	2.861
REFIS Federal – PIS e COFINS (b)	1.514	379	1.893	1.485	1.857	3.342
ICMS a recolher	10.637	-	10.637	8.543	-	8.543
PIS a recolher	1.694	-	1.694	1.535	-	1.535
COFINS a recolher	7.877	-	7.877	7.203	-	7.203
Parcelamento IOF (PERT) (c)	966	966	1.932	940	1.880	2.820
Parcelamento PIS e COFINS	20	140	160	20	157	177
IOF a recolher	601	-	516	495	-	495
Outros	2.578	-	2.578	2.524	-	2.524
	26.664	2.845	29.424	23.508	5.992	29.500

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Curto Prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
REFIS da Copa – (PIS/COFINS e IR/CS) (a)	777	1.360	2.137	763	2.098	2.861
REFIS Federal – PIS e COFINS (b)	1.514	379	1.893	1.485	1.857	3.342
ICMS a recolher	10.637	-	10.637	8.543	-	8.543
PIS a recolher	1.694	-	1.694	1.535	-	1.535
COFINS a recolher	7.877	-	7.877	7.203	-	7.203

Imposto sobre valor agregado	5.745	-	5.745	4.037	-	4.037
Parcelamento IOF (PERT) (c)	966	966	1.932	940	1.880	2.820
Parcelamento PIS e COFINS	20	140	160	20	157	177
IOF a recolher	614	-	528	507	-	507
Outros	7.597	-	7.597	4.897	-	4.897
	37.441	2.845	40.200	29.930	5.992	35.922

- (a) A Companhia protocolou pedido de parcelamento referente aos débitos de PIS e COFINS (cumulativo e não cumulativo) não liquidados relativos ao período de outubro e novembro de 2009 e maio a novembro de 2010. Em 2015 o parcelamento foi consolidado, mas por erro no sistema da Receita Federal não foi possível incluir débitos de PIS/COFINS (cumulativo e não-cumulativo) da competência de novembro de 2010. Do saldo remanescente desse parcelamento foi efetuado pedido de revisão dos débitos sob n.º 10830724912/2015-46 e apesar do deferimento por parte da Receita Federal em 06/06/2017, por falta de sistema operacional o recálculo do total dos débitos e ajuste do saldo da dívida face aos pagamentos somente ocorreu em 04/12/2019, resultando assim o real valor da dívida consolidada no parcelamento e os devidos ajustes.
- (b) A Companhia controlava na conta “Refis da Copa (PIS/COFINS/IR/CS)” o valor agrupado dos parcelamentos especiais com adesão realizada, ou seja, tanto da lei 12.996/14 (denominado refis da copa) como da lei 12.865/13 (denominado refis reabertura da lei 11.941/09). Em 04/12/2019, com a consolidação manual em virtude de erro no sistema do parcelamento da lei 12.996/14 por parte da Receita Federal do Brasil, foi possível rever os saldos das contas e realizar o desmembramento dos valores restando na presente conta “Refis Federal– PIS e COFINS” o saldo do parcelamento da lei 12.865/13 (denominado refis reabertura da lei 11.941/09).
- (c) Em 28 de dezembro de 2017, a Companhia fez a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”), o qual foi instituído por meio de Medidas Provisórias n.º 783 de 31.05.17 e n.º 798 de 31.08.17, convertida na Lei 13.496/17, cujos procedimentos foram regulamentados pela Instrução Normativa RFB n.º 1.711 de 16.06.17 e n.º 1.733 de 31 de agosto de 2017 e pela Portaria da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional n.º 690 de 29.06.17, sendo alteradas pela Portaria n.º 1.032 de 25 de outubro de 2017. Foram incluídos no PERT débitos de COFINS objeto de despacho decisório de compensação indevida cuja defesa administrativa em julgamento perante o CARF possuía chance de êxito possível com ênfase para remoto e I.O.F alocados em parcelamento administrativo ordinário da Lei 10.522/02 junto à Receita Federal do Brasil. O valor destes débitos totalizou R\$ 6.688, dos quais foram pagos entre a antecipação da dívida no percentual de 5% e parcelas mensais o montante de R\$ 867 e, o saldo remanescente após a consolidação é de R\$ 3.132 em 30 de junho de 2018 e o mesmo valor em 31 de dezembro de 2018 dividido em 60 parcelas mensais com as reduções previstas na Lei 13.496/17.

22 Salários, férias e encargos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão de férias e encargos	39.045	40.530	39.045	40.634
INSS a recolher	15.340	16.416	15.340	16.416
Salários a pagar	12.286	13.325	12.791	13.697
FGTS a recolher	2.732	3.130	2.732	3.130
Outros	1.633	1.504	2.212	2.084
	71.036	74.905	72.120	75.961

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado é de 10.000.000 ações (2020 e 2019) ordinárias classe “A”. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 68.770 e estão abaixo demonstrado por ações:

	2020		2019	
	Ações Classe A	Total de ações	Ações Classe A	Total de ações
Acionista				
Abanzai Representações S.A.	9.920.782	9.920.782	9.920.782	9.920.782
Daniel Eugenio Rivas Mendez	20.000	20.000	20.000	20.000
Minoritários	59.218	59.218	59.218	59.218
	<u>10.000.000</u>	<u>10.000.000</u>	<u>10.000.000</u>	<u>10.000.000</u>

Em 14 de outubro de 2019, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, o capital social da Companhia aumentou em R\$ 49.970 mediante utilização da reserva de lucros acumulados e reservas de incentivos fiscais, sem emissão de novas ações. No entanto, parte desse aumento no montante de R\$ 21.996 foi atribuído a reserva de incentivos fiscais o qual não foi apresentada separadamente nas demonstrações financeiras de 2019. A Companhia decidiu por corrigir essa mutação nas demonstrações de 2020 por se tratar de um efeito imaterial e aprovado pelos acionistas. A legislação permite a capitalização da respectiva reserva de acordo com o dispositivo legal do art.30 da Lei nº 12.973/14.

b. Reservas de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social realizado ou quando o saldo dessa reserva, somado ao montante das reservas de capital, atingir 30% do capital social. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

(ii) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos como aquisições e de capital de giro.

(iii) Reserva de incentivo fiscal

A Empresa utilizou o benefício de constituir reserva de incentivos fiscais de ICMS, amparado pela edição da Lei Complementar 160/2017, registrando no Patrimônio Líquido o valor de R\$ 21.996 de acordo com o art.195 da Lei 6.404 de 1976, referente anos anteriores.

c. Ajustes acumulados de conversão

Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 50% do resultado do período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no

passivo.

Os dividendos do exercício de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 foram calculados conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado do exercício	(12.007)	41.214
(-) Reserva legal – 5% do lucro líquido	<u>-</u>	<u>(2.062)</u>
Base de cálculo	<u>(12.007)</u>	<u>39.152</u>
Dividendos propostos de acordo com o estatuto social - 50%	<u>-</u>	<u>19.576</u>
(-) Pagamento antecipado	-	(9.438)
(+) Dividendos a pagar do exercício anterior	<u>14</u>	<u>-</u>
Dividendos a pagar 31/12/2020 (nota 13)	<u>14</u>	<u>10.138</u>

e. Participação de não controladores

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das controladas do Grupo que tem participação de acionistas não controladores, antes de quaisquer eliminações intra-grupo.

	Consolidado									
	31/12/2020					31/12/2019				
	Sapora Pará	Colômbia	Union	Real	Total	Sapora Pará	Colômbia	Union	Real	Total
Percentual dos não controladores	3,00%	0,10%	0,10%	0,10%	-	3,00%	0,10%	0,10%	0,10%	-
Ativo não circulante	4	5.678	740	6	6.428	5	4.364	4.281	5	8.655
Ativo circulante	616	9.114	5.688	36	15.454	804	6.676	4.085	30	11.595
Passivo não circulante	-	-	(184)	(1.906)	(2.090)	-	(14)	(254)	(1.559)	(1.827)
Passivo circulante	(229)	(9.430)	(9.323)	(56)	(19.038)	(393)	(6.563)	(8.966)	(46)	(15.968)
Ativos líquidos	391	5.362	(3.079)	(1.920)	754	416	4.463	(854)	(1.570)	2.455
Ativos líquidos atribuíveis aos não controladores	12	5	(3)	-	14	12	4	(1)	-	16
Resultado	-	-	-	-	(12.009)	-	-	-	-	41.165
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-	-	-	(928)	-	-	-	-	739
Total resultado abrangente	-	-	-	-	(12.937)	-	-	-	-	41.904
Resultado alocado para os não controladores	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	(49)

24 Receita de vendas e de serviços prestados

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita de refeições	1.745.351	2.063.622	1.778.572	2.109.536
Receita de outros serviços	40.894	41.706	40.894	41.706
Menos				
Impostos sobre vendas	(202.676)	(235.113)	(202.676)	(235.942)
Devoluções e abatimentos	(30.103)	(31.843)	(32.402)	(33.327)
Ativos de contratos	(359)	5.684	(359)	5.684
Total de receita contábil	<u>1.553.107</u>	<u>1.844.056</u>	<u>1.584.029</u>	<u>1.887.657</u>

25 Custos das vendas e dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com pessoal e benefícios (*)	517.127	600.176	522.375	609.240
Custo dos produtos	479.876	494.430	495.149	508.649
Insumos	311.046	381.723	316.502	399.924
Serviços de terceiros	37.979	39.341	38.046	41.692
Depreciação e amortização	25.101	28.359	26.680	29.364
Manutenções e reparos	18.215	21.953	18.400	21.990
Utilidades	15.239	16.612	16.049	17.317
Custos operacionais	15.058	37.003	16.235	38.874
Materiais de uso e consumo	12.480	16.091	12.545	16.333
Depreciação direito de uso	9.352	9.623	9.352	9.623
Outros	1.338	2.940	1.433	3.081
Total dos custos das vendas e dos serviços prestados	<u>1.442.811</u>	<u>1.648.251</u>	<u>1.472.766</u>	<u>1.696.087</u>

(*) Decorrente do cenário pandêmico que iniciou em março de 2020, o total de R\$ 10.697 referente a despesas com pessoal foram referentes aos gastos com rescisões que foram inevitáveis e ocorreram principalmente nos segmentos de Escolas e Eventos, além dos custos de 30% do salário dos colaboradores com contrato suspenso.

26 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com pessoal e benefícios	52.909	61.159	55.012	62.518
Outras despesas gerais	23.106	20.403	24.204	20.827
Despesas com serviços e outros	19.937	24.825	20.228	25.379
Despesas com depreciação e amortização	6.393	6.204	6.661	6.444
Depreciação direito de uso	5.428	7.110	5.428	7.110

Total das despesas gerais e administrativas	<u>107.773</u>	<u>119.701</u>	<u>111.533</u>	<u>122.278</u>
--	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

As outras despesas gerais incluem provisão de indenizações trabalhistas, despesas com manutenção, telefone, materiais de escritório entre outras despesas pulverizadas.

27 Outras receitas (despesas) líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outras despesas				
Baixas de ativo imobilizado e de uso e consumo	(1.062)	(5.080)	(1.062)	(5.080)
Demais impostos, taxas e contribuições	(673)	(1.618)	(673)	(1.618)
Taxas e emolumentos	(603)	(1.390)	(603)	(1.390)
Outros	-	(200)	-	(200)
Total de outras despesas	<u>(2.338)</u>	<u>(8.288)</u>	<u>(2.338)</u>	<u>(8.288)</u>
Outras receitas				
Recuperação de créditos fiscais (a)	7.635	36.365	7.635	36.365
Receita com administração de espaços	686	3.181	686	3.181
Outras	865	4.273	1.550	4.658
Total de outras receitas	<u>9.186</u>	<u>43.819</u>	<u>9.871</u>	<u>44.204</u>
Total das receitas (despesas) líquidas	<u>6.848</u>	<u>35.531</u>	<u>7.533</u>	<u>35.916</u>

- (a) O Grupo obteve decisão transitada em julgada em 23 de maio de 2019 reconhecendo seu direito a recolher o ICMS pela alíquota de 4% sobre o faturamento no estado do Rio de Janeiro, tendo, portanto, sido reconhecida como ilegal a exigência feita pelo Fisco fluminense de que a tributação ocorresse pelo sistema de débito e crédito pela alíquota de 12% gerando uma recuperação de crédito conforme nota 20.

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Rendimento com aplicações financeiras	2.162	1.939	2.162	1.939
Atualização monetária de depósitos judiciais (nota 20.c)	2.597	-	2.597	-
Outras receitas financeiras	1.123	898	1.127	921
Juros ativos	763	889	763	889
Total de receitas financeiras	<u>6.645</u>	<u>3.726</u>	<u>6.649</u>	<u>3.749</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos (nota 17.d.)	(11.923)	(17.479)	(11.923)	(17.479)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(3.657)	(6.130)	(3.657)	(6.135)
Outros descontos	(3.468)	(3.164)	(3.468)	(3.164)
Descontos concedidos	(3.174)	(3.983)	(3.174)	(3.986)
Despesa financeira direito de uso (nota 17.d.)	(2.865)	(4.190)	(2.865)	(4.190)
Juros/multa de mora e outros	(1.857)	(1.574)	(1.857)	(1.580)
Tarifas bancárias	(676)	(489)	(722)	(510)
Outras despesas financeiras	(11)	(153)	(343)	(411)
Juros e multa - Parcelamento PERT	-	(145)	-	(145)
Total de despesas financeiras	(27.631)	(37.307)	(28.009)	(37.600)
Total das receitas (despesas) líquidas	(20.986)	(33.581)	(21.360)	(33.851)

29 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social estão conciliados para os valores registrados como despesa do exercício, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
(Prejuízo) lucro antes dos impostos	(20.974)	65.533	(20.723)	65.458
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	7.131	(22.281)	7.046	(22.256)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes e IR fonte sobre JSCP:				
Outras adições e exclusões permanentes	1.836	(2.038)	1.668	(2.037)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(489)	(6.589)	(495)	(6.392)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	9.456	(17.730)	9.209	(17.901)
Total da (despesa) com imposto de renda e contribuição social	8.967	(24.319)	8.714	(24.293)
Alíquota efetiva combinada de imposto de renda e contribuição social	43%	37%	42%	37%

30 Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros derivativos e não derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos para assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração do Grupo.

a. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas abaixo:

		Controladora			
		Valor contábil		Valor justo	
Hierarquia de valor justo		2020	2019	2020	2019
Ativo					
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros de <i>hedge</i>	Nível 2	4.675	3.180	4.675	3.180
Aplicações Financeiras	Nível 2	93.551	102.690	93.551	102.690
Custo amortizado					
Contas a receber de clientes e ativos de contrato		243.956	238.501	243.956	238.501
Empréstimos a receber	Nível 2	13.400	1.366	13.400	1.366
Outras contas a receber	Nível 2	19.508	32.359	19.508	32.359
		375.090	378.096	375.090	378.096
Passivo					
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros de <i>hedge</i>	Nível 2	4.976	3.230	4.976	3.230
Passivos pelo custo amortizado					
Fornecedores		159.097	148.595	159.097	148.595
Fornecedores risco sacado		50.796	44.418	50.796	44.418
Financiamentos e empréstimos	Nível 2	124.071	122.517	124.636	120.412
Debêntures	Nível 2	101.104	102.340	103.356	103.645
Dividendos a pagar	Nível 2	14	10.138	14	10.138
Outras contas a pagar - Contraprestação contingente	Nível 2	150	173	150	173
Outras contas a pagar	Nível 2	5.530	6.173	5.530	6.173
		445.738	437.584	448.555	436.784

		Consolidado			
		Valor contábil		Valor justo	
	Hierarquia de valor justo	2020	2019	2020	2019
Ativo					
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros de <i>hedge</i>	Nível 2	4.675	2.715	4.675	3.180
Aplicações Financeiras	Nível 2	93.551	102.690	93.551	102.690
Custo amortizado					
Contas a receber de clientes e ativos de contrato		250.677	229.404	250.677	246.869
Empréstimos a receber	Nível 2	13.400	1.098	13.400	1.366
Outras contas a receber	Nível 2	20.198	21.441	20.198	32.754
		382.501	287.551	382.501	386.859
Passivo					
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros de <i>hedge</i>	Nível 2	4.976	3.230	4.976	3.230
Passivos pelo custo amortizado					
Fornecedores		163.116	155.136	163.116	155.136
Fornecedores risco sacado		50.796	44.418	50.796	44.418
Financiamentos e empréstimos	Nível 2	124.071	122.517	124.636	120.412
Debêntures	Nível 2	101.104	102.340	103.356	103.645
Dividendos a pagar	Nível 2	14	10.138	14	10.138
Outras contas a pagar - Contraprestação contingente	Nível 2	150	173	150	173
Outras contas a pagar	Nível 2	8.873	6.323	8.873	6.323
		453.100	444.275	455.917	443.475

De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 - Mensuração do valor justo, o Grupo aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos do Grupo.

O Grupo tem a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros com reporte diretamente ao Diretor Administrativo Financeiro.

O Grupo revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, o Gerente Financeiro analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos da norma CPC 46 incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os instrumentos financeiros significativos como o caixa e equivalentes de caixa, o contas a receber de clientes, o mútuo a receber e o contas a pagar para fornecedores já estavam próximos de seus respectivos valores de mercado.

31 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. Esta, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado estão demonstradas na nota explicativa 9.

Contas a receber e ativos de contrato

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

O Grupo estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de o Grupo apresentar uma proposta para elaboração de contrato e termos de pagamento. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados a cada renovação contratual.

O Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de 1 mês baseado nos serviços mensais prestados.

O Grupo possui uma taxa de retenção de mais de 95% e historicamente apresenta níveis muito baixos de clientes com problemas de recuperação. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo sua área geográfica, indústria, histórico de negociação com o Grupo, e existência de dificuldades financeiras no passado.

O Grupo não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. O Grupo não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

Em 31 de dezembro de 2020, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber e a metodologia das taxas de perda estão demonstrados na nota explicativa nº 7(l).

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão do Grupo sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

A carteira de cliente do Grupo é bastante pulverizada, e em 31 de dezembro de 2020 o maior cliente representa 4,5% do faturamento total do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de contraparte foi:

	Controladora	
Ativo	31/12/2020	31/12/2019
Instrumentos financeiros de <i>hedge</i> (circulante e não circulante)	4.675	3.180
Caixa e equivalentes de caixa	104.129	109.901
Contas a receber de clientes	243.956	238.501
Outros investimentos (precatórios)	3.123	1.138
Empréstimos a receber	13.400	1.366
Outras contas a receber (circulante e não circulante)	19.508	32.359
	388.791	386.445
	Consolidado	
Ativo	31/12/2020	31/12/2019
Instrumentos financeiros de <i>hedge</i> (circulante e não circulante)	4.675	3.180
Caixa e equivalentes de caixa	105.092	111.068
Contas a receber de clientes	250.677	246.869
Outros investimentos (precatórios)	3.123	1.138
Empréstimos a receber	13.400	1.366
Outras contas a receber (circulante e não circulante)	20.198	32.754
	397.165	396.375

A Administração do Grupo não identificou risco de créditos nos demais instrumentos financeiros ativos.

Caixa e equivalentes de caixa

O Grupo detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 104.129 na controladora e R\$ 105.092 no consolidado em 31 de dezembro de 2020 (em 31 de dezembro de 2019 R\$ 109.901 na controladora e R\$ 111.068 no consolidado). Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituição financeira, os quais possuem *rating* entre AA- e AA+, assim como os derivativos contratados (nota explicativa 8).

(iii) Risco de liquidez

É o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo que trabalha fortemente na revisão de seus contratos, visando a reajustes necessários e renegociando dívidas para melhorar seus índices financeiros.

O Grupo busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa altamente negociável a um montante em excesso às saídas de caixa sobre passivos financeiros (outros que não “fornecedores”) para os próximos 60 dias.

O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de fluxos de caixa proveniente do “Contas a receber de clientes e outros recebíveis” em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a “Fornecedores e outras contas a pagar”. Em 31 de dezembro de 2020, os fluxos de caixa esperados provenientes do “Contas a receber de clientes” com vencimento dentro de dois meses foram de R\$ 222.398 na controladora e de R\$ 226.714 no consolidado (em 31 de dezembro de 2019 R\$ 225.487 na controladora e R\$ 229.847 no consolidado). Isso exclui o potencial impacto de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, tais como desastres naturais. Abaixo os saldos expostos ao risco de liquidez em 31 de dezembro de 2020:

Passivos	Controladora				
	Fluxo de caixa	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais que 5 anos
Instrumentos financeiros de <i>hedge</i>	3.906	1.070	-	-	-
Fornecedores	159.097	-	-	-	-
Fornecedores risco sacado	50.796	-	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	158.653	99.658	58.995	-	-
Debêntures	79.331	1.704	77.626	-	-
Dividendos a pagar	14	-	-	-	-
Outras contas a pagar	5.680	-	-	-	-
	<u>457.477</u>	<u>102.432</u>	<u>136.621</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Passivos	Consolidado				
	Fluxo de caixa	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais que 5 anos
Instrumentos financeiros de <i>hedge</i>	3.906	1.070	-	-	-
Fornecedores	163.116	-	-	-	-
Fornecedores risco sacado	50.796	-	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	158.653	99.658	58.995	-	-
Debêntures	79.331	1.704	77.626	-	-
Dividendos a pagar	14	-	-	-	-
Outras contas a pagar	7.116	1.907	-	-	-
	462.932	104.339	136.621	-	-

(iv) Risco de mercado

Decorre da possibilidade da exposição ao risco do Grupo incorrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

Risco a taxas de juros

O Grupo adota como política garantir que sua exposição à taxa de juros seja com base em uma taxa de juros pré-fixada. Isso é atingido em parte pela contratação de instrumentos com taxas pré-fixadas e em parte pela tomada de empréstimos a taxas pós-fixadas, com a utilização de swaps de taxas de juros como *hedges* de variação no fluxo de caixa atribuível a mudanças na taxa de juros.

O Grupo estipula a existência de uma relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com base na taxa de juros referencial, prazos de pagamento, datas de reprecificação e de vencimento e os valores nominais ou referenciais.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

O Grupo está sujeita a riscos e oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e juros ativos sobre aplicações financeiras. Em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Abaixo são considerados três cenários de taxas de juros para os empréstimos com os respectivos impactos nos resultados. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das taxas de juros dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos. As práticas contábeis adotadas no Brasil determinaram que fossem apresentados mais dois cenários, sendo apresentados neste caso cenários com deterioração e apreciação das taxas em 25% e 50% da variável do risco considerado, além dos cenários prováveis.

- (i) **Cenário Provável:** expectativa da Administração de deterioração de cada fator de risco principal de cada transação. O Grupo se baseia em projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) para definir seu cenário provável: Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras foi obtida a projeção do índice CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 3,00% (4,5% em 2019); A partir dos fatores expostos acima, foram calculadas as variações dos cenários adverso e remoto.
- (ii) **Cenário Adverso:** deterioração/apreciação de 25% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2020 (25% em 31 de dezembro de 2019).
- (iii) **Cenário Remoto:** deterioração/apreciação de 50% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2020 (50% em 31 de dezembro de 2019).

Para cada cenário foi calculada a despesa e a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2020, projetando os índices para um ano e verificando a sua sensibilidade em cada cenário.

Em 31 de dezembro 2020

		Controladora e Consolidado				
Fator de risco taxa de juros - Empréstimos		Deterioração			Apreciação	
	Exposição sobre Empréstimos	Cenário Provável (i)	Cenário Adverso (ii)	Cenário Remoto (iii)	Cenário Adverso (ii)	Cenário Remoto (iii)
Risco		3,00%	2,25%	1,50%	3,75%	4,50%
Aumento da taxa de juros (CDI)	225.174	6.755	5.066	3.378	8.444	10.133
Efeito no resultado (aumento/redução)			(1.689)	(3.378)	1.689	3.378

		Controladora e Consolidado				
Fator de risco taxa de juros - Aplicações financeiras		Deterioração			Apreciação	
	Exposição sobre Aplicações financeiras	Cenário Provável (i)	Cenário Adverso (ii)	Cenário Remoto (iii)	Cenário Adverso (ii)	Cenário Remoto (iii)
Risco		3,00%	2,25%	1,50%	3,75%	4,50%
Redução da taxa de juros (CDI)	93.551	2.807	2.105	1.403	3.508	4.210
Efeito no resultado (aumento/redução)			(702)	(1.403)	702	1.403

Em 31 de dezembro 2019

		Controladora e Consolidado				
		Deterioração			Apreciação	
Fator de risco taxa de juros - Empréstimos	Exposição sobre Empréstimos	Cenário Provável (i)	Cenário Adverso (ii)	Cenário Remoto (iii)	Cenário Adverso (ii)	Cenário Remoto (iii)
Risco	-	(4.50%)	(3.38%)	(2.25%)	(5,63%)	6,75%)
Redução/aumento da taxa de juros (CDI)	<u>224.857</u>	<u>10.119</u>	<u>7.589</u>	<u>5.059</u>	<u>12.648</u>	<u>15.178</u>
Efeito no resultado (aumento/redução)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.530)</u>	<u>(5.059)</u>	<u>2.530</u>	<u>5.059</u>

		Controladora e Consolidado				
		Deterioração			Apreciação	
Fator de risco taxa de juros - Aplicações financeiras	Exposição sobre Aplicações financeiras	Cenário Provável (i)	Cenário Adverso (ii)	Cenário Remoto (iii)	Cenário Adverso (ii)	Cenário Remoto (iii)
Risco	-	(4.50%)	(3.38%)	(2.25%)	(5,63%)	6,75%)
Redução/aumento da taxa de juros (CDI)	<u>102.690</u>	<u>4.621</u>	<u>3.466</u>	<u>2.311</u>	<u>5.776</u>	<u>6.932</u>
Efeito no resultado (aumento/redução)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.155)</u>	<u>(2.311)</u>	<u>1.155</u>	<u>2.311</u>

Os demais empréstimos estão atrelados a taxas prefixadas, não expostas a oscilações.

Hedge de fluxo de caixa envolvendo as operações de dívida em dólar da Companhia

O Grupo adota uma estrutura de *hedge accounting* de fluxo de caixa que consiste na cobertura de suas dívidas em dólar norte americano - USD, contra o risco cambial de flutuação de taxa de câmbio USD *versus* BRL, usando como instrumento de cobertura instrumentos financeiros derivativos *swap*, em valores e vencimentos equivalentes.

Abaixo está demonstrada a relação de *hedge* designada para *hedge accounting*:

31 de dezembro de 2020

Contraparte	<u>Objeto de hedge - Dívida</u>		<u>Instrumento de hedge - Swap</u>		Exposição	Risco protegido	Valor-base - Objeto	Valor-base - Instrumento	MtM	Curva	Efeito no PL 31/12/2020
	Data de início	Vencimento	Data de início	Vencimento							
Citibank	26/10/2018	26/02/2021	26/10/2018	26/02/2021	Δ Cambial USD + Spread	Δ Cambial USD + Spread	20.047	20.047	808	816	(8)
Citibank	26/10/2018	29/10/2021	26/10/2018	29/10/2021	Δ Cambial USD + Spread	Δ Cambial USD + Spread	18.500	18.500	2.479	2.498	(19)
Citibank	22/03/2020	22/03/2023	22/03/2020	22/03/2023	Δ Cambial USD + Spread	Δ Cambial USD + Spread	40.000	40.000	159	466	(307)
Itaú	13/06/2018	14/06/2021	13/06/2018	14/06/2021	Δ Cambial USD + Spread	Δ Cambial USD + Spread	20.000	20.000	1.228	1.195	33
									<u>4.674</u>	<u>4.975</u>	<u>(301)</u>

31 de dezembro de 2019

Contraparte	<u>Objeto de hedge - Dívida</u>		<u>Instrumento de hedge - Swap</u>		Exposição	Risco protegido	Valor-base - Objeto	Valor-base - Instrumento	MtM	Curva	Efeito no PL 31/12/2019
	Data de início	Vencimento	Data de início	Vencimento							
Citibank	26/10/2018	26/02/2021	26/10/2018	26/02/2021	Δ Cambial USD + Spread	Δ Cambial USD + Spread	20.047	20.047	854	881	(27)
Citibank	26/10/2018	29/10/2021	26/10/2018	29/10/2021	Δ Cambial USD + Spread	Δ Cambial USD + Spread	18.500	18.500	961	1.058	(97)
Citibank	26/10/2018	06/10/2020	26/10/2018	06/10/2020	Δ Cambial USD + Spread	Δ Cambial USD + Spread	19.425	19.425	744	766	(22)
Itaú	13/06/2018	14/06/2021	13/06/2018	14/06/2021	Δ Cambial USD + Spread	Δ Cambial USD + Spread	20.000	20.000	621	525	96
									<u>3.180</u>	<u>3.230</u>	<u>(50)</u>

O *hedge accounting* está classificado, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante	4.561	2.322
Ativo não circulante	114	858
	4.675	3.180
Passivo circulante	3.906	1.565
Passivo não circulante	1.070	1.665
	4.976	3.231
Valor líquido	(301)	(51)

A parcela efetiva da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, e não liquidada, bem como a variação cambial dos instrumentos de *hedge* não derivativos é reconhecida no patrimônio líquido como “Ajustes de avaliação patrimonial”. Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual os instrumentos de *hedge* foram designados. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos em outros resultados abrangentes são transferidos para o resultado.

Análise de sensibilidade - Câmbio

Considerando que as exposições em moeda estrangeiras estão 100% protegidas por meio de operações de *swaps*, quaisquer cenários de estresse da moeda correspondente não representariam nenhum impacto significativo no resultado da Companhia.

* * *

Diretor Presidente

Daniel Eugênio Rivas Mendez

Vice Presidente

Elezir José da Silva Junior

Diretora de Suprimentos

Maike Raiter

Diretora de Operações

Vanessa Veloso

Diretora de Novos Negócios

Veridiana Gonçalves Correa

Diretor Comercial

Rafael Coelho Ferreira

Diretora de Recursos Humanos

Teresa C. R. da Silva Caldas

Diretor Administrativo e Financeiro

Marcos Antonio Rocha Coentro

Contadora

Eliane C. F. Mantovan
CRC 1SP259578/O-9